



WWF

PROJETO

BR

2014

MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

VENCENDO LIMITES GEOGRÁFICOS E INTEGRANDO GESTÃO



Mosaico da Amazônia Meridional

Vencendo limites geográficos e integrando gestão

1ª edição

Brasília - DF

WWF-Brasil

2014

ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

Coordenação Geral e Texto

Maria Jasylene Pena de Abreu,
Marcos Pinheiro e Marcia Regina Lederman

Orientação

Stanley Arguedas Mora

Sistema de Informação Geográfica

Gustavo Irgang

Grupo do Planejamento Estratégico

Órgãos Gestores

ICMBio: Ana Rafaela D'Amico, Allan Crema e Carolina C. da Fonseca
CEUC-AM: Domingos Macedo, Henrique Carlos, Rômulo Batista,
Cesar Haag, Wilde Itaborahy, Sinomar Ferreira da Fonseca Júnior,
Guillermo Estupinán e Gilwemeson M. de Lima
SEMA-MT: Eliani Fachim, Alexandre Batistella,
Fátima Sonoda e André Luis T. Baby
SEDAM-RO: Juciley Candido Gomes

Chefes de Unidade de Conservação

Izac Theobald (Mosaico Apuí), Simone Nogueira dos Santos
(Reserva Biológica do Jarú), Enir Salazar da Costa
(Floresta Nacional Jatuarana), Cristiane Figueiredo e
Lourdes Iarema (Parque Nacional do Juruena),
Renato Diniz Dumont (Parque Nacional Campos Amazônicos).

Parceiros Técnicos

Carlos Sérgio Guimarães, Leila Mattos, Gustavo Irgang, Aurelina Viana,
Maria Jasylene Pena de Abreu, Samuel Tararan, Márcia Gramkow,
Marcos Pinheiro, Márcia Lederman e Stanley Arguedas

Instituições Envolvidas

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)
CEUC-AM (Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas)
SEMA-MT (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso)
SEDAM-RO (Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Ambiental de Rondônia)
IPA (Instituto Pacto Amazônico)
GIZ (Cooperação Técnica Alemã)
WWF-Brasil
ELAP/UCI (Escola Latino-Americana de Áreas Protegidas/
Universidade de Cooperação Internacional)

Parceiros Técnicos e Financiadores



Ficha catalográfica

M894m Mosaico da Amazônia Meridional: vencendo limites geográficos e Integrando gestão. Coordenação Geral: Maria Jasylene Pena de Abreu, Marcos Pinheiro e Márcia Regina Lederman. Brasília, WWF-Brasil, 2013

132p.; il.; 21cm.

ISBN 978-85-86440-68-7

1. Amazônia Meridional 2. Biodiversidade 3. Gestão de Recursos Naturais 4. MAM – Mosaico da Amazônia Meridional 5. Reservas Florestais 6. Unidades de Conservação

I. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Amazonas II. WWF-Brasil III. Título

CDU 502.2



Representantes de diversas instituições participam da V Oficina do Mosaico da Amazônia Meridional, realizada em Brasília/DF, em 2011.

Agradecimentos

Aos conselheiros, técnicos e gestores das áreas protegidas que participaram dos debates sobre mosaicos nos diferentes eventos, oficinas, seminários e reuniões realizados no âmbito desta iniciativa.

A Stanley Arguedas Mora, por seu empenho e tempo dedicados a essa empreitada.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
---------------------	----------

1 · INTRODUÇÃO	12
-----------------------	-----------

2 · O INÍCIO	15
Promoção das primeiras ações integradas	15
Das ações integradas à criação do Mosaico da Amazônia Meridional	17
Base legal sobre mosaicos	21

3 · A METODOLOGIA	22
Unidades de Paisagem da Natureza como parte integrante da metodologia	24

4 · CARACTERIZAÇÃO DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL	29
Áreas Protegidas do Mosaico da Amazônia Meridional	29
Unidades de conservação que compõem o Mosaico da Amazônia Meridional	30
Aspectos ecológicos do Mosaico da Amazônia Meridional	35
Fauna	48
O processo de identificação de valores de conservação	51
Aspectos sociais do Mosaico da Amazônia Meridional	54
Áreas críticas para a manutenção dos processos ecológicos	62
Cenários futuros	63
Ameaças identificadas na caracterização	71

5 · ALCANCE DO PLANO ESTRATÉGICO DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL	74
Objetivos, linhas estratégicas e metas de conservação	74
Destaque do processo de planejamento	75

6 · SISTEMA DE GOVERNANÇA	82
Modelo de Governança para o Mosaico da Amazônia Meridional	82
Conselho Consultivo	83

7 • PRIORIDADES, PLANO DE AÇÃO E PROJETOS	86
Prioridades de intervenção no MAM	86
Mecanismo de monitoramento do planejamento estratégico	86
Mecanismo de divulgação e comunicação	87
Mecanismo para a incorporação do Plano Estratégico no planejamento das unidades de conservação	87
Estratégia financeira para a implementação	88

BIBLIOGRAFIA CITADA	90
----------------------------	-----------

ANEXOS	93
Anexo 1 • Objetos de conservação e ameaças	93
Anexo 2 • Modelo conceitual	95
Anexo 3 • Planejamento elaborado para a implementação do PEM	96
Anexo 4 • Prioridades de implementação no MAM	123
Anexo 5 • Estratégia de implementação da comunicação	124
Anexo 6 • Necessidades da estratégia de comunicação	125
Anexo 7 • Lista de siglas	126
Anexo 8 • Lista de tabelas	129
Anexo 9 • Índice de figuras	130

**Cachoeira encontrada no Parque
Nacional do Juruena, no Amazonas**



APRESENTAÇÃO

O reconhecimento formal do Mosaico da Amazônia Meridional, ocorrido em 25 de agosto de 2011, por meio da portaria 332 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), foi uma vitória da sociedade brasileira e da sociedade civil organizada que milita em prol da conservação ambiental na Amazônia. Foram quatro anos de preparação, até que o governo federal reconheceu que as equipes das áreas protegidas situadas entre os Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia tinham condições de estar juntas na construção de uma plataforma de trabalho que prevê a manutenção e conservação daquela parte da Amazônia.

Este reconhecimento, no entanto, não foi espontâneo, nem gratuito. Os próprios moradores da região, entre eles extrativistas, pecuaristas, fazendeiros, cientistas, ribeirinhos, indígenas, professores e políticos, entre outros personagens, por meio de seus fóruns específicos (como conselhos, instituições representativas e associações), pediram este reconhecimento. Embora heterogêneo e complexo em sua formação, o grupo tinha – e ainda tem – a impressão de que o modo como a Amazônia é vista, tratada, utilizada e compreendida em nossos dias, ainda não é o ideal.

Para o reconhecimento do mosaico, também foram realizadas inúmeras reuniões em várias cidades amazônicas; expedições científicas em busca de dados e informações sobre trechos ainda pouco conhecidos deste bioma; articulações com secretarias de estados, órgãos de prefeituras, instituições de classe e gestores de unidades de conservação; além da compilação de pesquisas e material de referência sobre a região.

Algumas centenas de horas foram gastas em estudos, deliberações, votações e conversas em busca de consensos e linhas de ação comuns. Mais algumas milhares de horas foram gastas com deslocamentos em diversas viagens por caminhonetes em estradas de terra batida, pequenos aviões bimotores

sobre as florestas da região ou pequenos barcos que trafegavam pelos rios amazônicos. Sem fazer esforço, é possível contabilizar dezenas de pessoas envolvidas em todos esses processos.

O reconhecimento, no entanto, marcou apenas a parte inicial deste trabalho, cujo objetivo é manter as áreas de uso das populações tradicionais, conservar a fauna, os rios e as florestas da região limítrofe entre os três estados amazônicos e ajudar a manter o equilíbrio climático do planeta. Agora, surge um outro momento desafiador: a implementação efetiva de ações que mostrem que as 40 áreas protegidas amazônicas não só podem trabalhar juntas, como têm capacidade de mostrar sólidos resultados de conservação que justifiquem sua existência.

Para auxiliar neste processo, os personagens envolvidos nesta história elaboraram um planejamento estratégico, finalizado em junho de 2012 – e que será apresentado ao longo desta publicação. Esse planejamento é referência na tomada de decisões e um norte para as atividades que serão realizadas daqui por diante.

Esta publicação tem o objetivo de explicar o Mosaico da Amazônia Meridional para quem não vivenciou todo o processo descrito anteriormente, sua importância, seus desafios e suas perspectivas de futuro; além de garantir aos protagonistas desta história um registro de seus esforços. A efetiva implementação do mosaico surge como uma oportunidade ímpar de atuação na Amazônia e de pôr em práticas ações de conservação em solo brasileiro.

Seu amplo território, sua população heterogênea, suas longas distâncias e sua importância climática e ambiental para todo o mundo fazem da efetivação do Mosaico da Amazônia Meridional um dos maiores desafios conservacionistas do país – e uma chance única que a sociedade brasileira tem de mostrar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a concepção e a execução de uma nova forma de ver a Amazônia, que não envolva o esgotamento total de seus recursos, o desrespeito aos povos tradicionais e o atendimento único e exclusivo dos interesses econômicos.

Esperamos que essa publicação seja um instrumento útil e eficiente no propósito de explicar o Mosaico da Amazônia Meridional, expor sua importância e apresentar suas maiores necessidades e potencialidades.

Respeitando a imensa diversidade amazônica, este caso pode servir de referência para outras oportunidades de reconhecimento e planejamento estratégico de mosaicos. Que o leitor, após concluir a leitura deste documento, sinta-se convidado a conhecer e a contribuir com a manutenção deste imenso patrimônio que é a Amazônia, ainda tão pouco conhecida e apreciada pelos brasileiros.

Boa leitura!

Maria Cecília Wey de Brito

Secretária Geral - WWF-Brasil

Nádia Cristina D'Ávila Ferreira

**Secretária de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
(de 2007 a 2013)**

**Pôr do sol no rio Roosevelt, na fronteira
entre o Amazonas e o Mato Grosso.**





1 · INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, ocorre um processo de mobilização e colaboração de diversas instituições governamentais e não governamentais para aperfeiçoar e consolidar a base conceitual e as estratégias de implementação de mosaicos de áreas protegidas, além da discussão de questões sobre sustentabilidade dos instrumentos de gestão territorial voltada à conservação da biodiversidade, avançando nos assuntos abordados pela Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e pelo Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta (Pinheiro *et al.*, 2010).

A Lei do SNUC, como é conhecida, apresenta o conceito de mosaico em seu Artigo 26º que diz: “quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

De forma geral, a gestão territorial do mosaico de áreas protegidas permite atingir maiores escalas de conservação. Isso porque, com o conjunto de áreas administradas de maneira integrada, surge a possibilidade de influência sobre uma área mais ampla, compreendendo processos importantes para a funcionalidade dos ecossistemas, como em bacias hidrográficas e na proteção da biodiversidade e de diversidade de ambientes, por meio de conectividade (corredores ecológicos¹). Esse esforço conjunto amplia o potencial de conservação da natureza, sem descaracterizar a individualidade e os objetivos específicos de cada área protegida, que, apesar da interligação, continua sendo gerida conforme sua categoria.

1 Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais. SNUC, 2000, Cap. II, Art. 2º, Parágrafo XIX.

Os temas de planejamento e governança têm sido questões-chave na gestão integrada de mosaicos de áreas protegidas. O planejamento estratégico permite sistematizar e priorizar as ações sobre o território. Com base nos objetivos e metas, procura-se fortalecer uma identidade territorial voltada para a conservação da natureza e ao desenvolvimento sustentável. No que tange à gestão, as iniciativas em curso têm se apoiado no conselho gestor do mosaico, previsto no escopo do SNUC.

Considerando essas prerrogativas, sob a liderança da Cooperação Técnica Alemã (GIZ), na época GTZ, WWF-Brasil e Escola Latino-Americana de Áreas Protegidas (ELAP) e Universidade de Cooperação Internacional (UCI), em apoio à integração de esforços do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC-AM), Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT), Secretaria de Meio Ambiente de Rondônia (SEDAM-RO) e Instituto Pacto Amazônico (IPA), surge essa iniciativa. Ela foi desenvolvida no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o objetivo de experimentar, aprender e demonstrar boas práticas de planejamento e coletar subsídios para a segunda fase do Programa Arpa.

Esta publicação partilha a experiência vivida por um grupo de pessoas e instituições, que, no período de 2007 a 2012, desenvolveu ações para que as unidades de conservação que se encontram nos limites dos estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia fossem reconhecidas como mosaico. Este objetivo foi atingido quando o Diário Oficial da União do dia 11 de agosto de 2011, na página 71, trouxe o seguinte texto:

“Portaria Nº 332, de 25 de agosto de 2001. A Ministra de Estado do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas e tendo em vista o disposto no Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º. Reconhecer o Mosaico da Amazônia Meridional (MAM), abrangendo as seguintes áreas, localizadas na região limítrofe entre os Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia...”

As etapas necessárias para o reconhecimento do mosaico foram trabalhadas concomitantemente com a troca de experiências, resolução de conflitos, consenso de interesses e elaboração do planejamento estratégico para a implementação do MAM.



© WWF-Brasil/Samuel Tararam

Equipe do WWF em campo no interior do Estado do Mato Grosso.

2 · O INÍCIO

PROMOÇÃO DAS PRIMEIRAS AÇÕES INTEGRADAS

Uma análise rápida da questão ambiental no Brasil, considerando as duas últimas décadas, permite dizer que avançamos muito em relação à criação de áreas protegidas, sejam estas unidades de conservação, terras indígenas ou territórios quilombolas. Neste sentido, é possível afirmar que a Amazônia brasileira foi beneficiada: houve toda uma preocupação com a conservação de sua biodiversidade. Esse ganho foi alavancado pela implementação de políticas nacionais e incentivos internacionais.

Muitas das unidades de conservação criadas na Amazônia a partir de 2002 foram viabilizadas pelo Arpa, programa criado pelo governo brasileiro por meio do Decreto Nº 4.326, de 8 de agosto de 2002. O objetivo do Arpa é criar e implementar, em 10 anos, 60 milhões de hectares (600 mil quilômetros quadrados) de unidades de conservação na Amazônia brasileira, com apoio financeiro de doadores internacionais.

Além do incentivo financeiro, o governo brasileiro tem recebido apoio técnico de instituições como WWF-Brasil e GIZ para desenvolvimento de ações na área ambiental e conta também com um trabalho conjunto com as instituições governamentais dos estados, como as secretarias de meio ambiente e dos movimentos sociais e populações tradicionais.

Esse conjunto de esforços tem levado a um trabalho de destaque na Amazônia, que é a gestão integrada das áreas protegidas. Nele, ocorre uma conjunção de atividades desenvolvidas por diferentes instituições, tanto governamentais quanto não governamentais, visando um objetivo comum: a conservação das áreas protegidas.

O trabalho de cooperação técnica realizado pelo WWF-Brasil e pela GIZ, junto aos governos que recebiam apoio do programa Arpa, levaram à montagem de uma agenda de integração na região, que hoje é conhecida como Mosaico da Amazônia Meridional. Nesta área, em 2006, foi realizada

a primeira atividade integrada: a “Expedição Juruena-Apuí”, que fortaleceu acordos institucionais entre o então IBAMA, a SDS-AM, o WWF-Brasil, a SEMA-MT e o Instituto Centro de Vida – ICV. A expedição teve como meta estabelecer uma aproximação com a realidade destas áreas protegidas, estimular o governo a instalar equipes em campo e realizar pesquisas científicas em regiões remotas, pouco estudadas pelos pesquisadores. Durante a viagem foram realizadas reuniões públicas formais, com objetivo de debater problemas ambientais junto à sociedade civil e ao poder público local.

Com as experiências e lições aprendidas, as instituições envolvidas com a iniciativa realizaram em agosto de 2006 uma oficina em Pirenópolis/GO, com propósito de apresentar os resultados da Expedição Juruena-Apuí, e construir um planejamento para identificar os objetos de conservação e suas principais ameaças (Anexo 1). De posse desses elementos, iniciou-se o processo de definição de um modelo conceitual de conservação para Amazônia Meridional, com a utilização da metodologia da Gestão Adaptativa (WWF, 2007). O resultado deste trabalho está no Anexo 2. Ainda durante a oficina, foi estabelecida uma agenda comum de trabalho entre os principais atores sociais e poder público envolvidos diretamente com as unidades de conservação da região.

As ameaças identificadas para a região da Amazônia Meridional apresentavam duas dimensões: a fragilidade das unidades de conservação e o desenvolvimento desordenado em seu entorno. Outra ameaça existente era a prática de atividades econômicas ilegais.

Com base nesse diagnóstico, as instituições desenvolveram um planejamento conjunto, onde cada uma delas disponibilizava recursos financeiros e humanos, bem como infraestrutura para a realização das atividades. Tanto o planejamento quanto sua implementação ocorriam paulatinamente através de seminários, oficinas, reuniões técnicas e debates virtuais. Assim foi conduzido o processo de planejamento e integração entre as unidades de conservação.



Técnicos do ICMBio, SDS/AM e Polícia Militar de Rondônia durante ação integrada em março de 2012.

DAS AÇÕES INTEGRADAS À CRIAÇÃO DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

A experiência de realizar uma ação conjunta foi considerada positiva. Isso levou o grupo a se debruçar sobre a legislação ambiental disponível para avaliar as possibilidades a partir do arcabouço legal. Além da legalidade das ações, o grupo buscou também experiências em andamento no Brasil e realizou seminários e oficinas para fundamentar a discussão.

Em 2007, foi realizado em Manaus o *I Seminário: Mosaicos de Áreas Protegidas no Amazonas*. O seminário teve como objetivo discutir as possibilidades de implementação de mosaicos de áreas protegidas no Estado do Amazonas e debater conceitualmente o tema, especificando as diferentes formas de gestão de território previstas em lei, como: Mosaico,

Corredores Ecológicos e Reserva da Biosfera. A partir do debate, os participantes concluíram que as atividades realizadas de maneira integrada levavam para o que o SNUC classifica como Mosaico. O próximo passo foi a formação dos grupos de trabalho de iniciativas de mosaicos para as regiões: Baixo Rio Negro; Baixo Rio Purus; Médio Rio Juruá; Médio Rio Solimões; Nascentes de Rondônia e Amazônia Meridional. Desses grupos, dois concretizaram suas ações: o da Amazônia Meridional e o do Baixo Rio Negro. O Mosaico do Baixo Rio Negro foi reconhecido pela Portaria N° 482, em 14 de dezembro de 2010.

O grupo que trabalhou a Amazônia Meridional aproveitou a experiência do governo do Estado do Amazonas, que já havia criado o Mosaico do Apuí, e agregou outras áreas protegidas para a experimentação, aprendizagem e demonstração da gestão de mosaico. Esse grupo optou por realizar oficinas de trabalho para aprofundar a discussão e elaborar o planejamento.

Entre 2008 e 2011, foram realizadas cinco oficinas para o desenvolvimento do processo de integração e de planejamento anual para as UCs, resultando em práticas de gestão compartilhada e na abertura do processo de reconhecimento do Mosaico da Amazônia Meridional junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ainda neste período, foi desenvolvida uma metodologia específica e elaborado o Planejamento Estratégico.

Os seminários continuaram, agora com discussões locais, regionais e nacionais, além do compartilhamento de experiências com mosaicos já existentes em outros biomas, como Mata Atlântica e Cerrado.

Em setembro de 2008, foi realizada a I Oficina do Mosaico da Amazônia Meridional, em Manaus, com objetivo de conhecer o estágio de implementação de cada área protegida do território e dar início a uma estratégia de visão compartilhada das áreas protegidas da região.

O II *Seminário Mosaico de Áreas Protegidas* aconteceu em novembro de 2008, também em Manaus. Na sequência, realizou-se a II Oficina do Mosaico da Amazônia Meridional, cujo objetivo foi promover a integração das ações para uma gestão compartilhada das áreas protegidas da região.

No ano seguinte, em maio de 2009, foi realizada em Manaus a III Oficina do Mosaico da Amazônia Meridional, que contou com a participação voluntária

da SEDAM de Rondônia, interessada em agregar um conjunto de unidades de conservação estaduais à iniciativa.

Em agosto do mesmo ano, aconteceu a IV Oficina do Mosaico da Amazônia Meridional, na Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, para dar continuidade ao desenvolvimento da metodologia do planejamento estratégico de mosaicos, a partir dos resultados alcançados até o momento da análise do território por meio das unidades de paisagem.

Oportunamente, foi atualizado o plano de ação integrado e discutidos os passos seguintes do processo de reconhecimento do MAM e da composição do conselho gestor. O resultado deste evento foi o debate e definição de três territorialidades do mosaico, com diferentes enfoques e estratégias de atuação, sendo: a) Território de análise – com foco na Amazônia Meridional e nos limites de suas bacias hidrográficas; b) Território físico e de fortalecimento da integração – as unidades de conservação e os corredores ecológicos, vinculados ao processo de reconhecimento do MMA; e c) Território da atuação – território físico mais a região de atuação (aqui considerando cidades, região de agricultura e pecuária).

Já o *III Seminário de Mosaicos de Áreas Protegidas* ocorreu em setembro de 2009, durante o VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC) em Curitiba/PR.

Os espaços das oficinas e seminários contribuíram para a interação internacional com a ELAP/UCI, que compartilhou sua experiência de planejamento integrado de sete áreas protegidas na Costa Rica. Lá, o planejamento na escala regional influenciou os planos de manejo de cada uma das áreas protegidas e entorno, resultando em ampliação e criação de novas áreas. Com base nestas ações, foi proposto ao grupo o desenvolvimento de uma metodologia de planejamento estratégico para a região da Amazônia Meridional, com mudança de práticas, para a construção de um planejamento em escala regional.



Segunda Oficina do Mosaico da Amazônia Meridional, realizada em Manaus (AM), em novembro de 2008.

Assim, a ELAP, em parceria com a Fundación para la Conservación del Bosque Chiquitano (FCBC), da Bolívia, desenvolveu uma proposta de metodologia de planejamento estratégico de mosaicos. Em abril de 2009, durante uma oficina, ela foi apresentada a especialistas brasileiros para ajustes técnicos e operacionais, pensando não somente na Amazônia Meridional, mas na aplicação generalizada da metodologia em diversos mosaicos do Brasil.

Em abril de 2011, após um longo período de expectativa do grupo em função dos processos de transição de governos, foi realizada a V Oficina do Mosaico da Amazônia Meridional, em Brasília, com o objetivo de finalizar o planejamento estratégico e protocolar os documentos para o reconhecimento do MAM junto ao MMA.

BASE LEGAL SOBRE MOSAICOS

Os mosaicos de áreas protegidas dispõem de algumas referências legais para sua orientação. Entre elas, destacam-se:

- 1 A Lei que estabelece o SNUC – Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – apresenta o conceito de mosaico no seu Artigo 26º, transcrito na introdução deste documento.
- 2 O Decreto que regulamenta o SNUC – Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 – detalha questões sobre os mosaicos de unidades de conservação nos Artigos 8º, 9º, 10º e 11º, do Capítulo III.
- 3 O Plano Nacional de Áreas Protegidas, estabelecido no Decreto Nº 5.758, de 13 de abril de 2006, apresenta a visão ampliada das áreas protegidas envolvendo as unidades de conservação, as terras indígenas e as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Além disso, o plano aponta algumas ações voltadas aos mosaicos, como a necessidade de avaliar a aplicabilidade de instrumentos de gestão territorial de grandes paisagens e de aprimorar a regulamentação do SNUC referente ao tema mosaico.
- 4 A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto Nº 1.747, em 05 de maio de 2011, define diretrizes, objetivos e instrumentos; dispõe sobre a gestão, mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação; e estabelece parâmetros para a elaboração do Programa Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas. O documento apresenta em seus objetivos: promover a interface das terras indígenas com outras áreas legalmente protegidas por meio de instrumentos nacionais e internacionais de gestão territorial da diversidade biológica e sociocultural tais como: mosaicos, corredores ecológicos e reservas da biosfera.
- 5 Os Sistemas Estaduais e Municipais de Unidades de Conservação existentes no Brasil, em sua maioria, fortalecem o conceito de mosaicos de áreas protegidas, com o estabelecimento de normas e diretrizes para este instrumento de gestão territorial, segundo as características de cada unidade política da federação.

3 · A METODOLOGIA

A metodologia utilizada na construção conjunta do Mosaico da Amazônia Meridional tem como princípio o Enfoque Ecosistêmico: uma estratégia geral de abordagem para a conservação composta por 12 princípios complementares e relacionados, que devem ser considerados conjuntamente, formando um todo. Este enfoque está previsto no Objetivo 1.2 da Convenção da Diversidade Biológica (CDB): “para 2015, todas as áreas protegidas e sistemas de áreas protegidas estarão integrados nas paisagens terrestres e marinhas, aplicando o enfoque ecossistêmico e levando em conta a conectividade ecológica, e quando possível, as redes ecológicas”.²

O planejamento estratégico gerado por esta metodologia prevê a utilização de quatro conceitos de planejamento territorial integrado e o próprio conceito de mosaico definido pelo SNUC:

- **Planejamento em Cascata:** implica na elaboração de um plano de escala maior desenvolvido mediante outros planos e programas de escalas menores no escopo territorial e de intervenção. O Planejamento Estratégico do Mosaico trabalha a escala ampla e regional, enquanto a escala intermediária se aplica aos planos de manejo ou planos de gestão, e a menor escala seriam os planejamentos anuais específicos das áreas protegidas.
- **Planejamento Integrado das Áreas Protegidas:** é um instrumento de gestão para áreas protegidas que estão geograficamente próximas, se integram de maneira coordenada e incorporam em seu planejamento elementos ecológicos e socioeconômicos pertinentes às áreas. Baseia-se na promoção de sinergia entre as instituições gestoras, de forma que o resultado esperado deve ser maior que a soma das partes.
- **Planejamento Ecorregional:** é um conceito de planejamento para a conservação territorial, baseado em informações científicas, que identifica medidas de conservação para uma determinada ecorregião. Baseou-se na experiência desenvolvida no Planejamento Ecorregional

2 O artigo publicado por Lederman, Pinheiro e Arguedas (2011), que explica o passo a passo da metodologia, pode ser encontrado em: VIII Convención Internacional sobre Medio Ambiente Y Desarrollo. Memorias, Cuba, 04 a 08 de julio de 2011, Palacio de Convenciones de la Habana.

do Bosque Chiquitano, da FCBC, na Bolívia, e do Projeto OSA, da ELAP, na Costa Rica.

- Mosaicos de Áreas Protegidas e seus entornos, como marco geográfico para análise e planejamento.

Os componentes gerais do planejamento são quatro:

- Análise do Diagnóstico;
- Definição do Alcance;
- Definição de Estratégias e Projetos;
- Consolidação da Proposta.

De forma geral, os quatros componentes foram organizados em 11 passos metodológicos para o cumprimento de todas as etapas necessárias ao planejamento estratégico. Inicialmente, eles foram orientados de forma sequencial mas, no decorrer da realização do planejamento, verificou-se que a ordem dos passos não era o mais relevante, mas sim o cumprimento de todos eles. Os 11 passos são:

- Formalização do Mosaico;
- Desenho do processo;
- Definição da área geográfica de análise do plano;
- Análise de cenários futuros;
- Definição do escopo do mosaico;
- Zoneamento para mosaicos;
- Estratégias recomendadas;
- Desenho do processo de acompanhamento;
- Análise da sua aplicação prática;
- Formalização do plano;
- Monitoramento do plano.



A representante da GIZ, Marcia Regina Lederman, apresentando a metodologia utilizada na elaboração do Planejamento Estratégico do Mosaico da Amazônia Meridional.

UNIDADES DE PAISAGEM DA NATUREZA COMO PARTE INTEGRANTE DA METODOLOGIA

As análises geográficas foram embasadas nas Unidades de Paisagem da Natureza (UPNs) (Irgang, 2009). Para a elaboração do diagnóstico ambiental de um extenso território como o da Amazônia Meridional, fez-se necessária a aplicação de tecnologias que possibilitassem a extrapolação dos dados disponíveis, levando ao conhecimento dos padrões ambientais da região e maximizando o alcance dos resultados dos levantamentos. Para tanto, foi utilizado o método de identificação espacial das UPNs, já aplicado em algumas das unidades de conservação da região e estendido para toda a região do mosaico.

O diagnóstico deste planejamento estratégico baseou-se em análises espaciais com o uso de bases cartográficas e programa de geoprocessamento. Nas oficinas de construção do planejamento foram utilizadas três escalas de análises:

- **Área de análise:** enquadramento integral das bacias hidrográficas dos rios Xingu, Teles Pires, Juruena e rio Madeira.
- **Área de influência:** enquadramento das áreas protegidas com uma área de entorno de influência direta.
- **Região das áreas protegidas:** contorno no limite de cada uma das áreas protegidas.

Esta análise foi gerada a partir das bases de dados espaciais oficiais, na escala 1:250.000, cedidas pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), contemplando os temas de clima, geologia, geomorfologia, hipsometria, solos e vegetação. Todos os temas foram trabalhados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), o que permitiu a padronização, sistematização, análise e posterior espacialização dos dados.

A base de dados espaciais foi analisada de forma integrada, por classificadores auto-organizados por redes neurais, utilizando o módulo FUZZY ARTMAP do software Idrisi Andes (Eastman, 2006; Irgang & Santos, 2008), resultando no mapa das UPNs de toda a região de contexto do mosaico.

Ao todo, foram identificadas 17 classes de UPNs, abrangendo uma área total de 41.162.704 hectares. Este método também permitiu a integração das UPNs com os dados das ocorrências bióticas georreferenciadas: tanto as existentes em bancos de dados como as levantadas em campo (ocorrências biológicas por UPNs), com a utilização das ferramentas de análises do programa DIVA GIS (2005).

A Escola Irmã Leonilda Piovizan, na área rural de Colniza (MT), é um importante polo educacional para as populações tradicionais da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt.







© WWF-Brasil / Adriano Gambarini.

O Mosaico da Amazônia Meridional é uma das ferramentas que devem ser utilizadas para garantir a conservação da biodiversidade de uma região estratégica da Amazônia.

4 · CARACTERIZAÇÃO DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

O MAM abrange uma região com cerca de 7,1 milhões de hectares conhecida como “Arco do Desmatamento”, por conta do desmatamento que avança no sentido norte do Brasil. Inclui os limites dos Estados de Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Pará.

As principais informações aqui apresentadas se originam dos diagnósticos realizados para os planos de manejo dos Parques Nacionais Juruena e Campos Amazônicos, Reserva Biológica do Jarú, Mosaico do Apuí e Parque Estadual Igarapés do Juruena. Para apresentar uma caracterização abiótica e biótica da região e fazer um diagnóstico rápido da situação, a cartografia obedeceu a um recorte orientado pelas bacias hidrográficas. O MAM é caracterizado por estar localizado no interflúvio das bacias dos rios Tapajós e do Madeira. Desta forma, foram destacadas a região dos rios Juruena, Telles Pires, Tapajós, Aripuanã, Guariba, Roosevelt e Madeirinha como área de análise.

ÁREAS PROTEGIDAS DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

O conjunto de áreas protegidas que formam o MAM é importante para a conservação da biodiversidade e para a estabilidade do clima do planeta. Além de contribuir para a conservação da região em longo prazo, ainda tem a função de estabelecer uma barreira natural na contenção do avanço do Arco do Desmatamento.

As primeiras ações de conservação da natureza nesta região começaram em junho de 1967, com a criação da Reserva Biológica do Jarú, em Rondônia, uma unidade de proteção integral federal, com 346.860 ha. Em 2002, foi criada a Floresta Nacional de Jatuarana, no Amazonas, com 573.745 ha. Em 2005, foi a vez da criação de nove unidades de conservação estaduais pelo governo do Amazonas, formando o Mosaico do Apuí, com 2.419.010 ha, e o Parque Nacional do Juruena, com 1.957.000 ha. Posteriormente, em 2006, foi criado o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, com 961.322 ha, completando o grande bloco de floresta amazônica protegida. Atualmente, o MAM é composto por 40 unidades de conservação, que somam cerca de 7,1 milhões de hectares.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE COMPÕEM O MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

Nome do Órgão Gestor	Nome da UC	Área (ha)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	FLORESTA NACIONAL DE JATUARANA	573.745,70
	PARQUE NACIONAL DO JURUENA	1.957.526,71
	PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	961.322,50
	RESERVA BIOLÓGICA DO JARU	346.860,65
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas	FLORESTA ESTADUAL APUÍ	182.723,89
	FLORESTA ESTADUAL ARIPUANÃ	328.743,90
	FLORESTA ESTADUAL MANICORÉ	83.296,24
	FLORESTA ESTADUAL SUCUNDURI	481.065,28
	PARQUE ESTADUAL GUARIBA	71.100,20
	PARQUE ESTADUAL SUCUNDURI	795.956,64
	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ARIPUANÃ	218.094,61
	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BARARATI	110.806,13
Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso	RESERVA EXTRATIVISTA DO GUARIBA	148.075,81
	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO RIO MADEIRINHA **	13.682,96
	ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO RIO ROOSEVELT	97.964,61
	PARQUE ESTADUAL IGARAPÉS DO JURUENA	223.829,75
	PARQUE ESTADUAL TUCUMÃ	81.007,39
	RESERVA ECOLÓGICA DE APIACÁS***	100.000,00
RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT **	138.092,00	

Nome do Órgão Gestor	Nome da UC	Área (ha)
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO ARARAS *	1.007,68
	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO CEDRO *	2.561,96
	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO GAVIÃO *	433,65
	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO MUTUM *	10.855,18
	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO TUCANO *	510,70
	RESERVA EXTRATIVISTA ANGELIM	8.383,94
	RESERVA EXTRATIVISTA AQUARIQUARA	19.276,41
	RESERVA EXTRATIVISTA CASTANHEIRA	9.661,03
	RESERVA EXTRATIVISTA DO ITAÚBA	1.604,36
	RESERVA EXTRATIVISTA FREIJÓ	628,52
	RESERVA EXTRATIVISTA GARROTE	865,94
	RESERVA EXTRATIVISTA IPÊ	819,50
	RESERVA EXTRATIVISTA JATOBÁ	1.338,82
	RESERVA EXTRATIVISTA MARACATIARA	8.660,02
	RESERVA EXTRATIVISTA MASSARANDUBA	6.174,56
	RESERVA EXTRATIVISTA MOGNO	2.413,10
	RESERVA EXTRATIVISTA PIQUIÁ	1.278,56
	RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO- JACUNDÁ	119.769,62
	RESERVA EXTRATIVISTA ROXINHO	1.039,02
	RESERVA EXTRATIVISTA SERINGUEIRA	475,54
RESERVA EXTRATIVISTA SUCUPIRA	2.818,35	
Total		7.114.471,43

Fonte: CNUC (<http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc> acesso em agosto/2013)

* Correspondente à categoria Floresta estadual, conforme Sistema Estadual de Unidade de conservação de Rondônia

**Área do decreto

***UC não esta em conformidade com SNUC, mas aguarda processo de recategorização

© WWF-Brasil / Adriano Gambarini



Situada em Colniza (MT), a Cachoeira da Pedra é um dos vários atrativos turísticos naturais situados no interior da área do MAM.

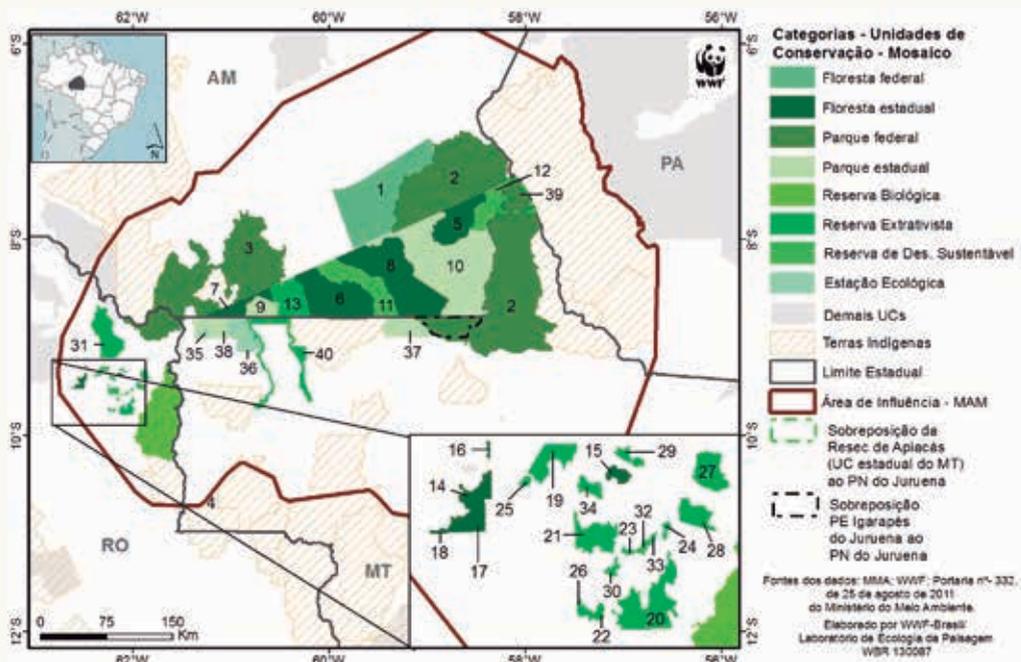


Figura 1. Área geográfica e as APs que compõem o Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: Irgang, 2011, e WWF-Brasil, 2014

Unidades de Conservação Federais

Parque Nacional do Juruena, Parque Nacional Campos Amazônicos, Floresta Nacional Jatuarana, Reserva Biológica Jararua.

Unidades de Conservação do Estado do Amazonas

Reserva Extrativista Guariba, Parque Estadual Guariba, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã, Floresta Estadual Sucunduri, Floresta Estadual Apuí, Floresta Estadual Aripuanã, Parque Estadual Sucunduri, Floresta Estadual Manicoré.

Unidades de Conservação do Estado do Mato Grosso

Parque Estadual Igarapés do Juruena, Parque Estadual Tucumã, Reserva Ecológica de Apicás, Estação Ecológica do Rio Madeirinha, Estação Ecológica Rio Roosevelt, Reserva Extrativista Guariba Roosevelt.

Unidades de Conservação do Estado de Rondônia

Reserva Extrativista Roxinho, Reserva Extrativista Seringueiras, Reserva Extrativista Garrote, Reserva Extrativista Mogno, Reserva Extrativista Piquiá, Reserva Extrativista Angelim, Reserva Extrativista Itaúba, Reserva Extrativista Ipê, Reserva Extrativista Jatobá, Reserva Extrativista Massaramduba, Reserva Extrativista Maracatiara, Reserva Extrativista Sucupira, Reserva Extrativista Castanheira, Reserva Extrativista Aquariquara, Reserva Extrativista Freijó, Reserva Extrativista Rio Preto/Jacundá, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Cedro, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Mutum, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Gavião, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Araras.

Na região do MAM existem ainda diversas terras indígenas que, neste primeiro momento, não foram incorporadas ao mosaico mas que, futuramente, dependendo do interesse dos povos indígenas, poderão ser integradas ao território. Há representantes das organizações indígenas e da FUNAI no Conselho Consultivo do MAM e já foram estabelecidas conversas neste sentido. Isto indica que o tamanho do mosaico não está categoricamente definido e demonstra o interesse comum pelo desenvolvimento do território em bases sustentáveis e de respeito aos povos tradicionais que ali habitam. A Figura 1 apresenta a área geográfica e as áreas protegidas que compõem o MAM.

Nível de implementação das unidades de conservação – Todos os gestores e representantes das instituições gestoras responsáveis pelas áreas protegidas foram convidados a atualizar o panorama da implementação das unidades de conservação existentes na região, a partir de novembro de 2008. Cada órgão gestor também disponibilizou as bases cartográficas digitais para integrarem os dados da análise estratégica regional.

Considerando o nível de implementação das UCs, é possível afirmar que a maioria conta com plano de gestão ou plano de manejo³. Outras ainda estão em fase de elaboração ou aguardando a publicação oficial deste documento. Além disso, todas têm alguma infraestrutura disponível, como base, carro e escritório. Em alguns casos, a infraestrutura é compartilhada com um município ou órgão federal e estadual.

Isso tem colaborado para a realização das ações integradas, pois os gestores identificam as potencialidades de cada um e complementam suas necessidades, desenvolvendo uma prática de solidariedade, minimização de custos e maximização de resultados.

ASPECTOS ECOLÓGICOS DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

Fatores abióticos

Geologia – De forma geral, podemos dizer que a região do Mosaico da Amazônia Meridional se encontra praticamente no limite entre o Escudo Brasileiro e a Bacia do Amazonas e, tanto as rochas antigas (>200 milhões de anos) do primeiro, como os sedimentos recentes do segundo (<33 Ma) ocorrem dentro da área do mosaico. O limite entre esses domínios geológicos é caracterizado por um degrau topográfico, onde se formam inúmeras cachoeiras que se encontram na região, e que é, na devida escala, acompanhado por um degrau climático. Esse degrau topográfico é evidente nas unidades geomorfológicas e, conseqüentemente, nos valores altimétricos existentes dentro da área do mosaico. Na perspectiva da Geologia, destacam-se os seguintes objetos de conservação:

- O Mosaico do Apuí apresenta as maiores fisionomias. É o caso dos afloramentos rochosos da Serra da Fortaleza (PE Guariba), que são montanhas residuais em forma de chapadas e do Domo do Sucunduri (por quase todo Mosaico do Apuí), que é uma formação de origem orogênica, um fenômeno intrusivo de soerguimento do relevo por ação magmática subterrânea.

3 A nomenclatura “plano de manejo” é usada de acordo com o Estado/União. O Amazonas, por exemplo, não adota ‘plano de manejo’ e sim ‘plano de gestão’. Por isso a referência aos dois instrumentos de gestão territorial, sendo que a única diferença é nomenclatural.

- Nas demais unidades de conservação, todas possuem alguma serra ou montanha que foram indicadas como valores de conservação, como é o caso da Serra Manicoré-Machado, no PN Campos Amazônicos; as serras da Providência e Monte Cristo, na ReBio Jaru, e a Serra do Tucumã (EE Rio Roosevelt).
- O patrimônio espeleológico somente foi identificado no PN Juruena, através das cavernas São Simão e do Morcego, a partir da formação arenítica (rocha sedimentar clástica).



© WWF-Brasil / Adriano Gambarini

As cavernas situadas junto à Cachoeira de São Simão, no Mato Grosso, são conhecidas por populações tradicionais da região e necessitam ser melhor estudadas.

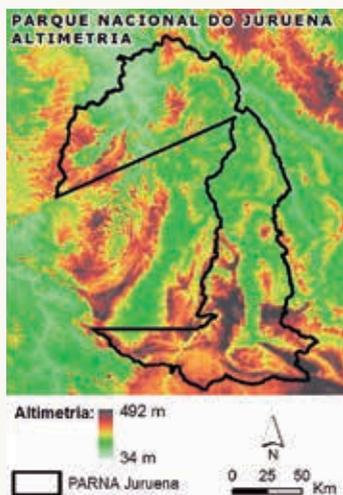


Figura 2. Mapa altimétrico do Parque Nacional do Juruena, com destaque para o degrau topográfico da região e à configuração do Domo do Sucunduri, ao centro, que tem o aspecto circular, com aproximadamente 75 km de diâmetro. Fonte: Irgang, 2011, e WWF-Brasil, 2014

Geomorfologia – A variação de altitude na região do Mosaico da Amazônia Meridional é relativamente pequena, sendo que as partes mais elevadas não ultrapassam os 500 m do nível do mar, apresentando valores entre 39 m e 457 m. A porção leste do mosaico é a mais elevada, fazendo parte da extensão do planalto residual que se entende da região de Colniza e Apiacás, em direção à sede do município de Apuí. A área desse planalto no Amazonas, na região central do MAM, tem uma fisiografia particular em função da presença do Domo do Sucunduri. Após tempo e erosão um domo apresenta-se em uma série de estratos concêntricos. A parte oeste do mosaico é caracterizada pela Planície Amazônia.



A variação de altitude dos terrenos dentro do MAM é relativamente pequena, com alturas entre 39 e 457 metros.

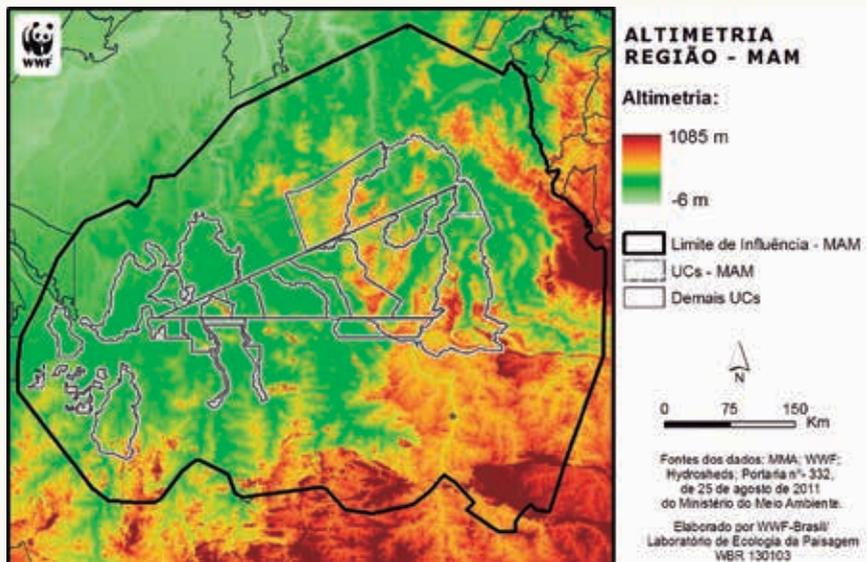


Figura 3. Mapa altimétrico da região do Mosaico da Amazônia Meridional.

Clima – A região do MAM fica no contato climático entre a região quente-úmida, porém sazonal do Brasil Central, onde predominam os cerrados, as florestas semi-decíduas e a região quente e úmida com período seco mais curto ou ausente, onde ocorrem as florestas e os campos ombrófilos, conhecidos como “amigos da chuva”, da bacia Amazônica. As variações em diferentes medidas climáticas de temperatura e precipitação apresentam o mesmo padrão, Norte-Sul, de distribuição espacial na região do bloco. A temperatura média anual ao longo desse gradiente varia de 22.9 a 27.5°C. Enquanto no sul a diferença de temperatura ao longo do ano é de 18.7 a 21.3°C, no norte não passa de 12.5°C. Chove muito em toda a região (1.460-3.037 mm anuais), com duas ilhas de maior pluviosidade (>2.400 mm) ao leste e ao norte do bloco. A região onde chove menos (<2.000 mm) fica ao sul do mosaico, no Mato Grosso e Rondônia e coincide também com período seco mais prolongado.

O clima na região do mosaico é, portanto, de transição entre um clima quente e sazonalmente úmido com um clima quente e frequentemente úmido. Este gradiente climático está em consonância com o gradiente latitudinal e com um suave gradiente altitudinal, além da circulação atmosférica e a dinâmica da chuva na Bacia Amazônica. A Figura 4 mostra a variação climática.

A precipitação média anual é de 2.200 a 2.400 mm, havendo pouca variação dentro da área do mosaico. O período mais chuvoso vai de janeiro a março, com precipitações mensais entre 300 e 350 mm, enquanto a época mais seca ocorre de julho a agosto, com médias mensais em torno de 50 mm. A região do mosaico apresenta pouca variação com relação à distribuição da chuva ao longo do ano, mas o padrão observado é mais próximo ao do Brasil Central.

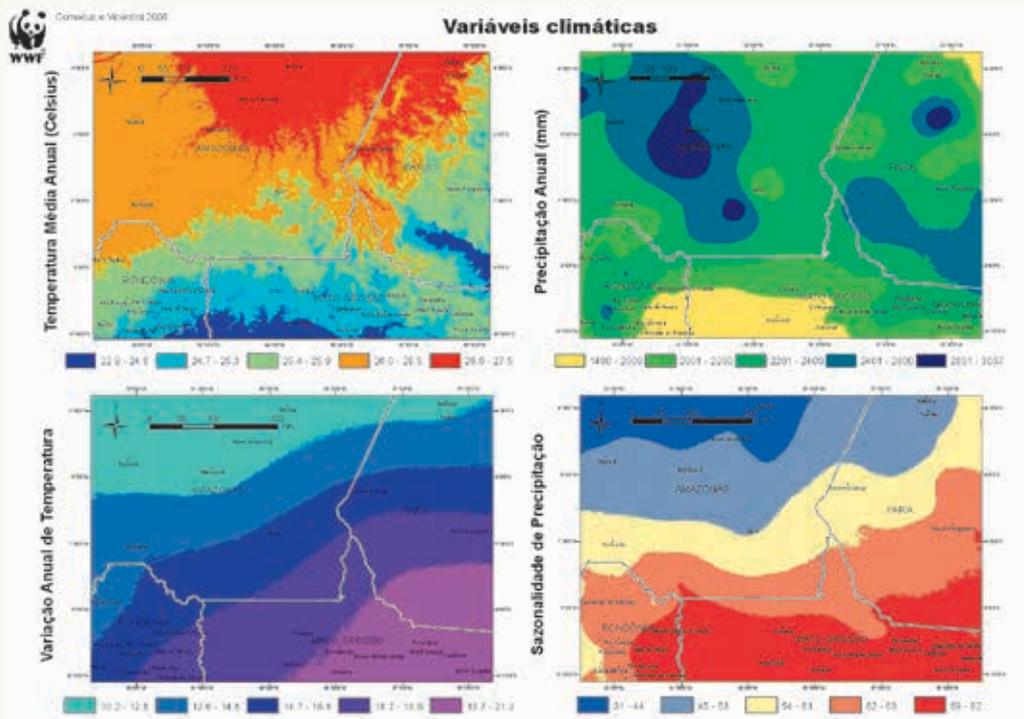


Figura 4. Mapa das variações climáticas da região do Mosaico da Amazônia Meridional.

Hidrografia – O mosaico encontra-se no interflúvio Madeira-Tapajós e engloba a bacia hidrográfica do baixo curso da margem direita do rio Madeira. A região envolve rios de águas claras como o encontro dos rios Juruena e Teles Pires, formando o rio Tapajós; como também inclui integralmente os rios Bararati, no Amazonas, e São Tomé, no Mato Grosso,

como representantes desta bacia. Os rios da bacia do rio Madeira que cruzam o bloco são: Aripuanã, Guariba, Sucunduri, Roosevelt e Madeirinha. Com exceção do rio Sucunduri, que nasce dentro da área do mosaico, todos os outros vêm do Mato Grosso ou de Rondônia, cujas nascentes estão em áreas bem distantes da região.



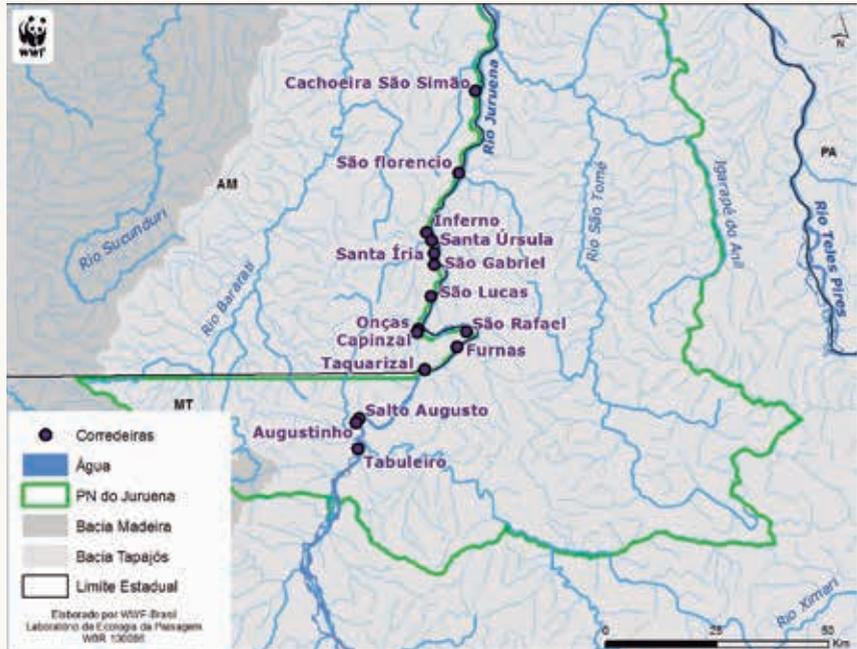
© WWF-Brasil / Adriano Gambarini.

O MAM está situado sobre o interflúvio Madeira-Tapajós e em seu interior está a nascente do rio Sucunduri.

Do contexto hidrográfico, destacam-se os seguintes objetos de conservação:

- Inúmeras cachoeiras, sendo que o maior volume de água é do rio Juruena, que desce o planalto criando belezas naturais, como a Cachoeira do Salto Augusto, no PN do Juruena – PE Igarapés do Juruena, que podem ser vistas na Figura 5 e Cachoeira Florêncio, no PN do Juruena. Corpos d'água menores, como o rio Sucunduri, criam santuários naturais, como a Cachoeira Monte Cristo, no PE Sucunduri.

- Proteger integralmente a bacia do rio Bararati, que perpassa as UCs PE Igarapés do Juruena, PE Sucunduri e RDS Bararati, das suas nascentes na Serra de Apiacás a sua foz, no rio Juruena; além de preservar nascentes dos rios São Tomé, Santa Rosa e afluentes dos rios Teles Pires e Juruena e a proteção da bacia hidrográfica do Tarumã, na ReBio Jarú.



Fonte: Irgang, 2011, e WWF-Brasil, 2014

Figura 5. Conjunto de corredeiras e cachoeiras do rio Juruena⁴.

FATORES BIÓTICOS

O MAM está localizado na região de contato entre os biomas Amazônia e Cerrado. A porção leste do mosaico abrange o Ecótono Amazônia-Cerrado enquanto no oeste predomina o bioma Amazônia. Essas generalizações são obviamente simplificações, em função de escala, de uma realidade muito mais complexa. Dois aspectos são importantes em relação ao contexto biológico do mosaico: (1) existe alta diversidade biológica por se tratar de

⁴ Considerando a descida do Planalto Cristalino Brasileiro para a Planície Amazônica.

Fonte: Plano de Manejo do PN do Juruena, 2011.

uma região de contato e também de grande variação ambiental; e (2), ao mesmo tempo, muito pouco se sabe sobre a diversidade biológica dessa região, pouco estudada conforme visto na Figura 6.

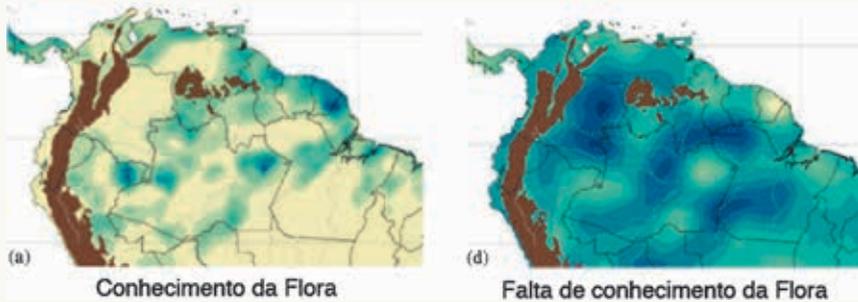


Figura 6. Conhecimento botânico (a) e ausência de conhecimento botânico (d) para a Pan-Amazônia, variando de bege-claro (menos) a azul-escuro (mais).

O estudo de Irgang, 2011, reforça a informação de que a região do MAM possui baixo nível de conhecimento. Neste estudo, foi atribuída a riqueza de espécies para as UNPs. Na Figura 7, pode-se observar que a maioria das UNPs é de baixa riqueza; os tons amarelo, laranja e vermelho refletem o esforço de pesquisa na região.

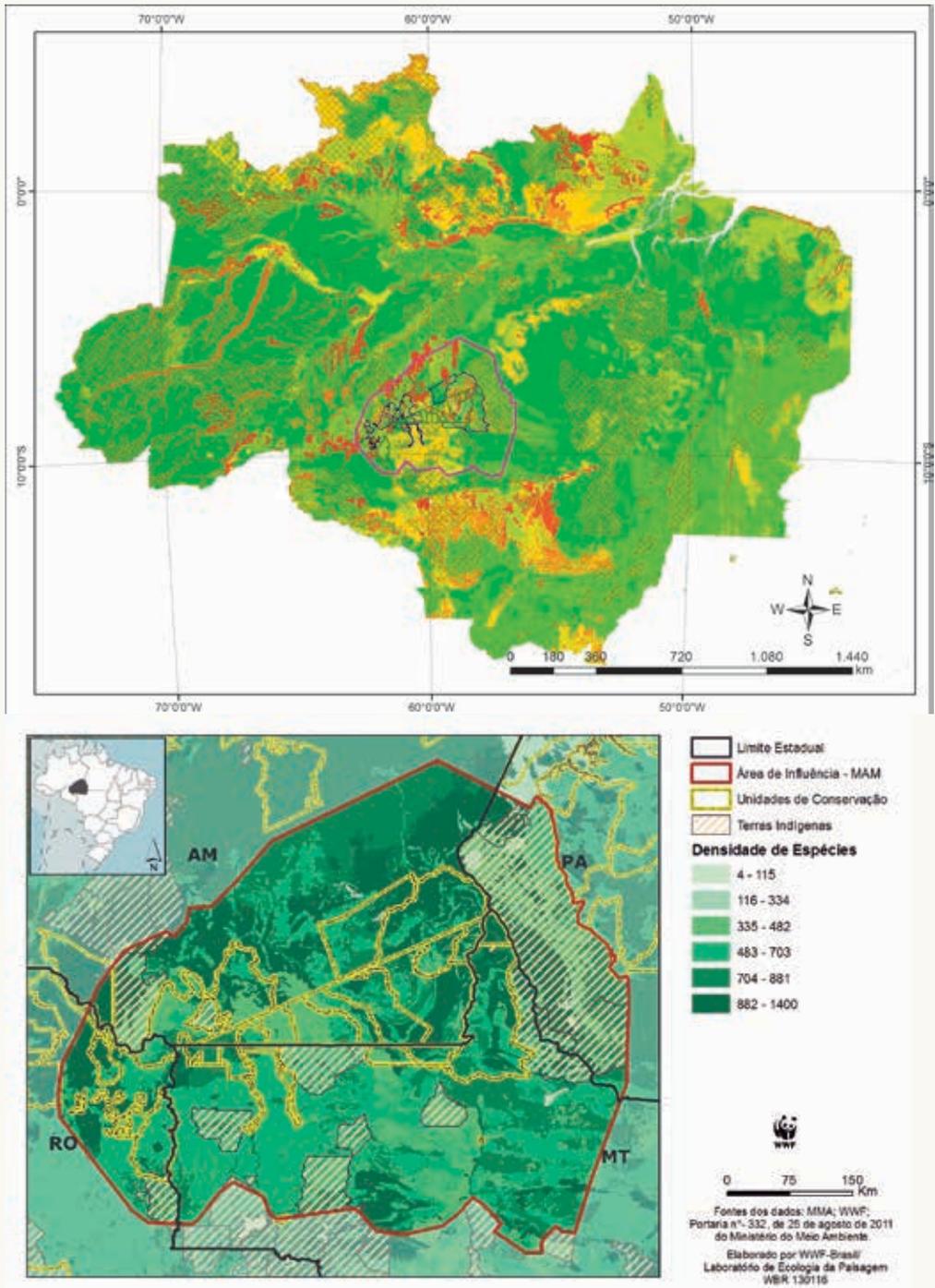
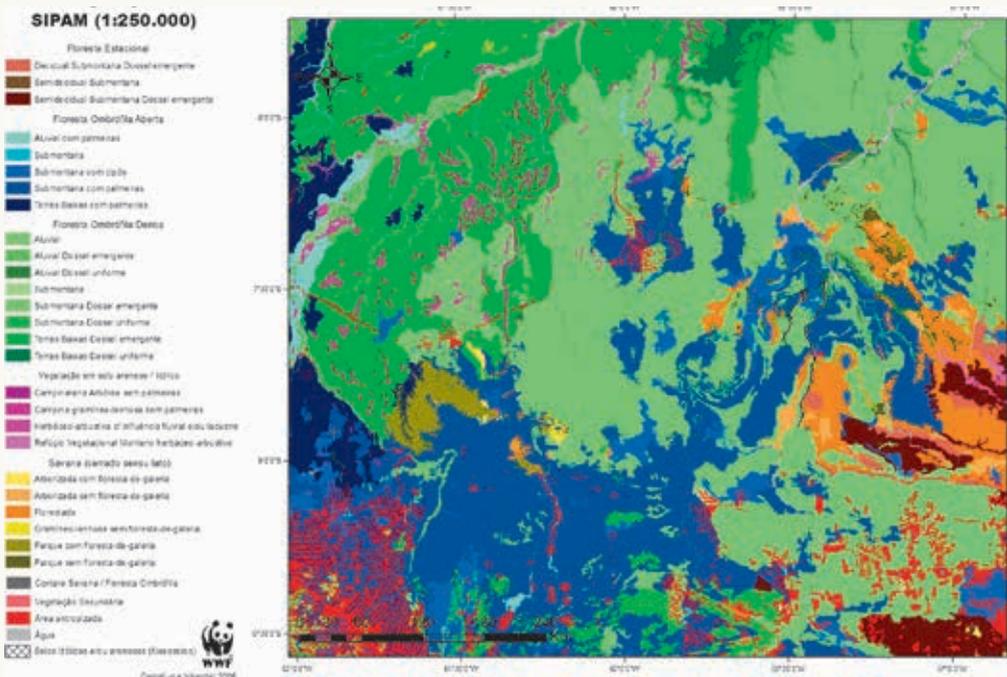


Figura 7. Mapa das unidades de paisagens da Amazônia e sua riqueza conhecida. Destaque para a região do Mosaico da Amazônia Meridional e seu baixo conhecimento.

Fitofisionomia – Segundo o mapa de vegetação do Radam Brasil, dentro da área do MAM ocorrem 13 classes de vegetação, pertencentes a três grandes domínios: (1) florestas pluviais ou ombrófilas; (2) savanas, o cerrado propriamente dito; e (3) formações pioneiras herbáceo-arbustivas de influência fluvial ou lacustre, ou seja, as campinas típicas de solos hidromórficos. As florestas ombrófilas têm maior representatividade, seguidas da savana e por último pelas formações pioneiras, conforme a Figura 8.

A distribuição espacial dessas classes de vegetação está predominantemente relacionada aos diferentes tipos de solo, que, por sua vez, se correlacionam com os compartimentos geomorfológicos. Por isso, a região leste do mosaico, que apresenta maior diversidade geomorfológica, também apresenta maior diversidade de tipos de vegetação. As formações arbustivas e abertas (savanas) ocorrem exclusivamente em solos litólicos e arenosos (Neossolos) ou concrecionais (Petroplínticos e Plintossolos), enquanto as formações florestais ocupam os solos mais profundos e desenvolvidos e predominantemente argilosos (Latosolos e Podzólicos).



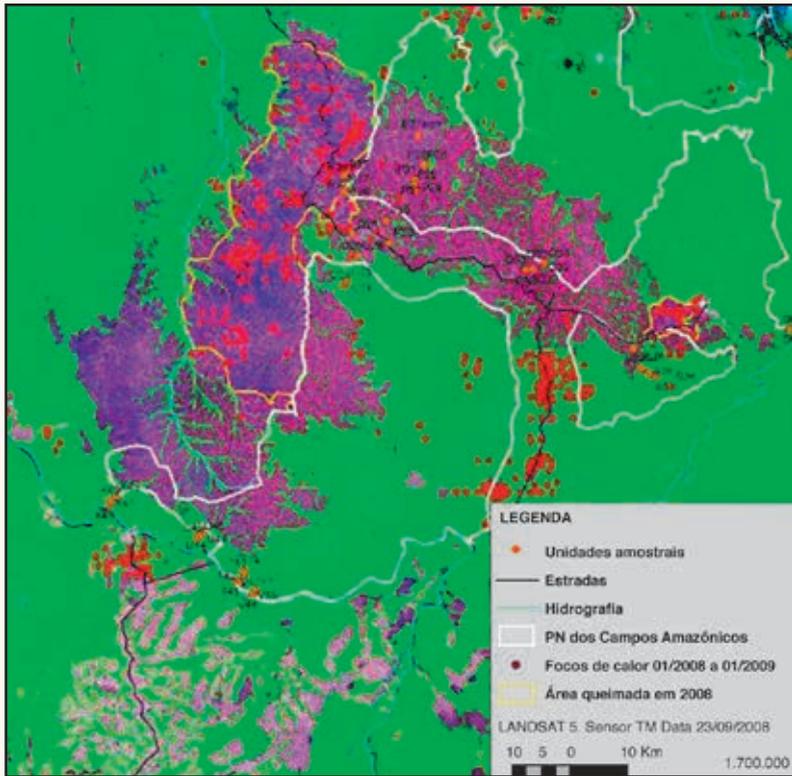
Fonte: Plano de Gestão do Mosaico do Apurí, 2010.

Figura 8. Mapa das fitofisionomias da região do Mosaico da Amazônia Meridional.

A categorização de fitofisionomias em classes de vegetação também tem suas limitações e muitas vezes não está de acordo com as características ecológicas do ambiente e, conseqüentemente, com as espécies de plantas que nele ocorrem. A evidência disso é a classificação de duas áreas na borda sudeste do MAM, como Savana Arborizada e Florestada, respectivamente. O solo dessas duas áreas é classificado como Neossolo o que sugere que a vegetação seja provavelmente campina ou campinarana, onde as espécies típicas do cerrado não ocorrem.

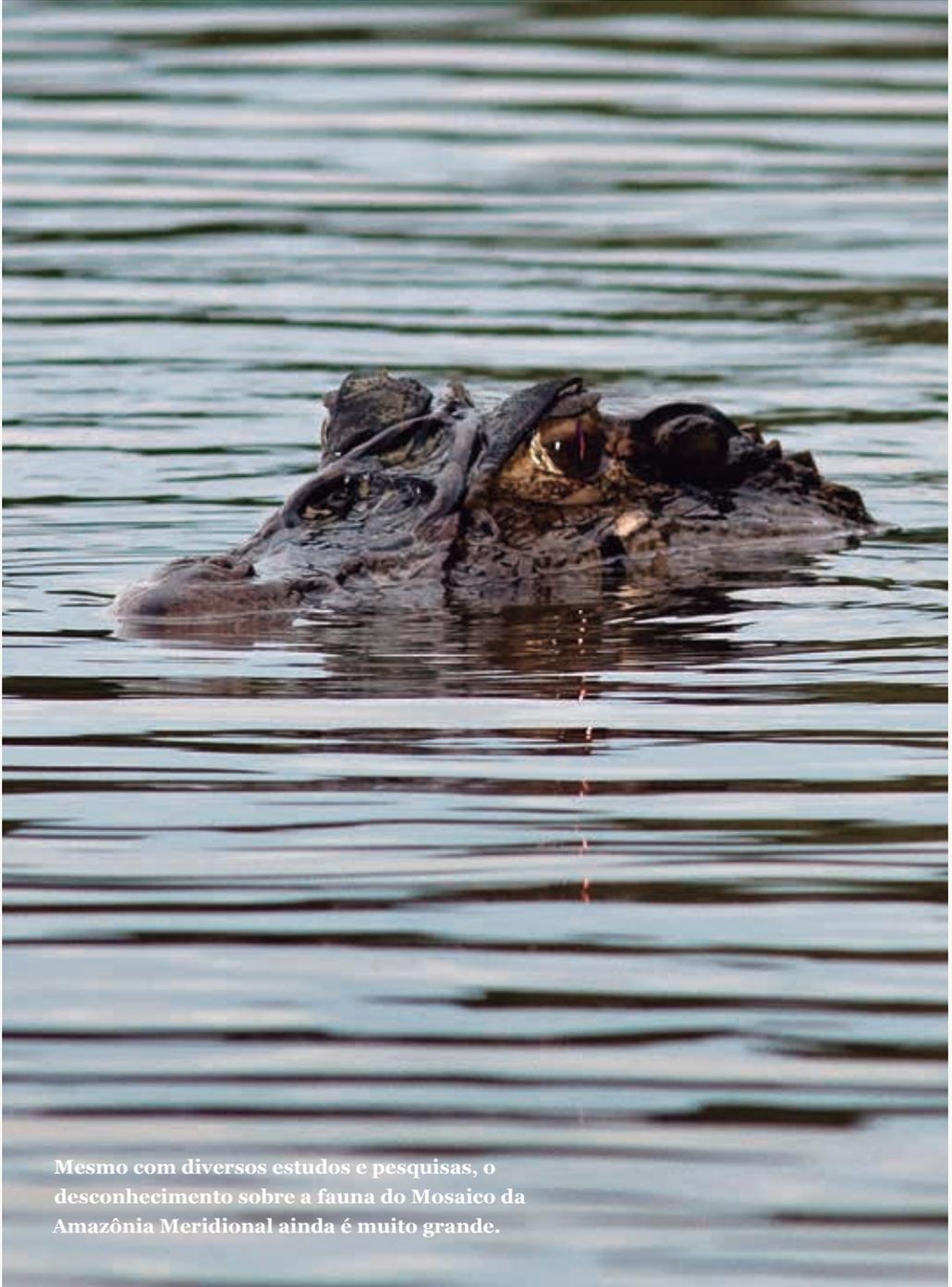
Destacando os objetos de conservação:

- A questão da vegetação é central na conservação desta região, assim como a manutenção da integridade e conectividade deste patrimônio florestal, com sua biodiversidade de um ecótono de florestas, vistas no PN do Juruena e Mosaico Apuí.
- Estas extensas florestas preservam alguns ambientes raros como o campo rupestre do Roosevelt, na EE Rio Roosevelt, os campos amazônicos, no PN Campos Amazônicos, conforme a Figura 9; campinaranas, no PN do Juruena; as formações de tabocais e biota associada a seis espécies de aves, no PN do Juruena.
- Além disso, possuem espécies únicas, como os bancos de Podostemaceae nos afloramentos expostos em cachoeiras do PN do Juruena.



Fonte: Plano de Manejo do PN Campos Amazônicos, 2011.

Figura 9. Enorme mancha de Campos Amazônicos.



Mesmo com diversos estudos e pesquisas, o desconhecimento sobre a fauna do Mosaico da Amazônia Meridional ainda é muito grande.

FAUNA

A região do MAM é apontada como uma das principais zonas de endemismos na Amazônia Meridional, tanto para aves como para mamíferos. Além disso, vários complexos de espécies de aves têm substituição geográfica de seus membros dentro do interflúvio Madeira-Tapajós e muitas provavelmente dentro do mosaico. Esta região é também reconhecida como prioritária para a conservação na Amazônia.

O Mosaico da Amazônia Meridional localiza-se em uma área isolada e bastante preservada da Amazônia Legal, de elevada importância biológica. No entanto, esta também é uma das regiões menos conhecidas cientificamente do Brasil e por isso considerada uma área prioritária para inventários faunísticos.

Padrões de diversidade – No contexto regional, o MAM se encontra em áreas de alta e mediana riqueza de espécies de aves, mamíferos e anfíbios, conforme Figura 10. No entanto, como as pesquisas científicas são escassas na região, é muito provável que as estimativas nas bases de dados estejam subestimando a realidade. Em uma expedição realizada em 2006, foram descobertas novas espécies de primatas, aves e sapos na área.

Os resultados obtidos nas diferentes expedições à área, realizadas para coleta de dados para a elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação, indicam claramente a importância biológica da região e a necessidade de novos empreendimentos científicos.

Por se tratar de uma zona de contato entre dois biomas, é especialmente importante dirigir mais esforços de campo para resolver o status taxonômico de espécies comumente não observadas na Amazônia. Por outro lado, as áreas de campos abertos e as florestas de cipó devem ser estudadas com especial atenção, pois esses ambientes podem ter altas taxas de endemismo e novas espécies em função das características únicas do habitat e da distribuição espacial descontínua, formando ilhas.

Os ambientes aquáticos também apresentam um altíssimo potencial de abrigar muitas espécies endêmicas e não descritas, especialmente pelas características heterogêneas dos rios, com um grande número de cachoeiras e corredeiras.

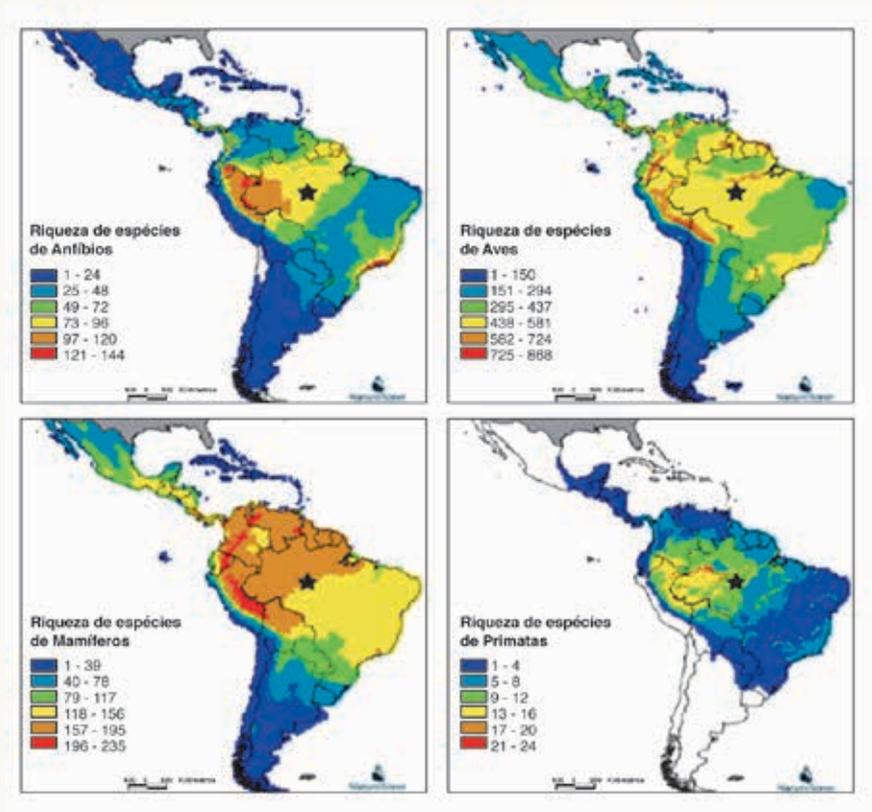


Figura 10. Contexto regional do bloco de conservação (estrela preta), com relação ao padrão de riqueza para todas as espécies de anfíbios, aves, mamíferos e primatas da região Neotropical.

Estado de conservação – Para a região do Mosaico, estima-se que existam até 12 espécies de mamíferos ameaçadas de extinção. Vale ressaltar que praticamente todas elas foram registradas em pelo menos uma das expedições do diagnóstico biológico rápido no Mosaico do Apuí ou no PN do Juruena. Embora o grupo dos mamíferos apresente a maior porcentagem de espécies ameaçadas, é importante lembrar que ela se baseia nas espécies observadas.

Das 12 espécies de primatas registradas, sete se encontram na lista de animais ameaçados. Entre as de grande interesse de conservação está o sagui-branco-e-dourado (*Mico chrysoleucus*), devido à sua restrita

distribuição geográfica e, até recentemente, fora de qualquer unidade de conservação. No entanto, para as aves, não foi registrado um número importante de espécies ameaçadas, provavelmente pela baixa intensidade das amostragens. Na área do mosaico são esperadas ainda várias espécies de psitacídeos ameaçados, como a ararajuba (*Guaruba guarouba*) e a arara-azul (*Anodorynchus hyacinthinus*), ambas na categoria em perigo de extinção, de acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN.

Patrimônio Ambiental e Serviços Ecosistêmicos – De uma forma geral, o Mosaico da Amazônia Meridional mantém a regulação climática nas diferentes escalas, através dos serviços ambientais, contribuindo para a qualidade de vida do planeta. Aqui, destacam-se os principais pontos dos serviços ecosistêmicos daquela região:

- O mosaico preserva nascentes, igarapés e rios de trechos significativos das meso-bacias: alto e baixo Juruena, Sucunduri, Camaíu, Cunamã, Acari, Urucu, Mureru, Jacaretinga, Maracanã, Aripuanã, Guariba, Roosevelt, Madeirinha, Tarumã, dos Macacos, Machado, Machadinho, nascentes do Juruá, como também a totalidade das bacias dos rios Santa Rosa, São Tomé, Urucu e Bararati, além de pequenos corpos d'água e afluentes fundamentais para a produção de água e a manutenção dos ciclos hidrológicos do interflúvio dos rios Tapajós e Madeira, garantindo os processos migratórios sazonais de peixes, tais como: matrinxã e bagres (grandes e médios).
- O mosaico protege corredeiras, cachoeiras e lagos, que são definidores da dinâmica hídrica, garantindo os processos de sobrevivência das comunidades de peixes, carnívoros aquáticos, animais terrestres associados, sendo importante para a reprodução de quelônios e peixes, como os grandes bagres, e para a manutenção dos estoques pesqueiros para a subsistência das populações tradicionais e indígenas e de eventual interesse turístico.
- Também são protegidas cavidades naturais, em especial a Caverna da Onça, na Cachoeira do São Simão e a Caverna do Morcego, no Salto Augusto; ambientes frágeis e abrigos para comunidades de morcegos.

- O mosaico protege a biodiversidade do ecótono sul amazônico, desde os carnívoros de topo de cadeia em risco de extinção, espécies que necessitam de grandes áreas de vida, como a onça-pintada (*Panthera onca*), bem como espécies com funções pontuais e específicas, como as algas *Podostemonaceae* existentes nos afloramentos das cachoeiras.
- O mosaico protege espécies vegetais típicas da Amazônia Meridional, como a *Desmondium aff. juruensis*, coletada na calha do rio Juruena, e a *Galactopiora magnífica*, típica das campinaranas desta região, além de novas ocorrências geográficas de espécies ainda não descritas pela ciência.
- O mosaico garante a manutenção de espécies que sofrem pressão na zona de amortecimento por serem utilizadas como fonte de subsistência.
- O mosaico conserva populações isoladas de espécies típicas de cerrado: anfíbios, répteis, aves, mamíferos e espécies vegetais, citadas nos planos de manejo das unidades de conservação que compõem o MAM.

O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DE VALORES DE CONSERVAÇÃO

Os valores de conservação da área do MAM foram discutidos durante as oficinas, com base nas informações existentes nos diagnósticos das unidades de conservação e no conhecimento de campo dos gestores e técnicos do grupo. Estes valores caracterizam aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos da região.

Além do esforço de identificação dos valores de conservação, foi realizado um estudo de riqueza das Unidades de Paisagem Naturais. Elas permitem a proposição de um padrão de distribuição da biodiversidade, seguindo diferentes parâmetros físicos, biológicos e climáticos, e podem vir a orientar pesquisas científicas e coleta de dados. Desta forma, se comprovado, será possível extrapolar com grande segurança inferências sobre a composição e abundância destes ambientes protegidos, permitindo uma base sólida para o debate do zoneamento e para a definição de metas de conservação. A Tabela 1 apresenta as Unidades de Conservação e seus valores de conservação identificados.

Tabela 1. Valores de conservação das unidades de conservação.

UC	Valores de conservação
Mosaico do Apuí	Afloramentos rochosos (PE Guariba) Afloramentos de calcário (FE Apuí) Cachoeiras (PE Sucunduri e rio Juruena) Domo do Sucunduri Bacia do rio Bararati (PE Sucunduri e RDS Bararati) Potencial para manejo sustentável da madeira Potencial extrativista Sítio arqueológico no rio Aripuanã
PN Campos Amazônicos	Campos amazônicos Ocorrência do cervo do Pantanal Serra Oportunidade de ampliação a leste da UC (floresta ombrófila)
PN do Juruena	Proteção dos bancos de <i>Podostemaceae</i> nos afloramentos expostos no Salto Augusto Caverna São Simão e Caverna do Morcego <i>Podostemaceae</i> (planta das cachoeiras) Cachoeira Florêncio Sítios arqueológicos São Simão e Salto Augusto (inclui as cachoeiras) Campinaranas Garantia dos processos migratórios sazonais de peixes Proteção de aves endêmicas Proteção integral do patrimônio florestal Proteção das formações de tabocais e da biota associada (seis espécies de aves) Preservação das nascentes dos rios São Tomé, Santa Rosa e dos afluentes diretos das margens dos rios Teles Pires e Juruena Ecótonos de floresta
ReBio Jaru	Proteção da bacia hidrográfica do Tarumã Montanhas do Jaru (Serras da Providência e Monte Cristo)

UC	Valores de conservação
PE Igarapés do Juruena	Nascente do Bararati (Serra dos Apiacás) Cachoeira do Salto Augusto (sobreposição com PN do Juruena)
PE Tucumã	Os rios Roosevelt, Guariba e Madeirinha, juntamente com os rios Pinguieiro, Jatuarana e igarapés de menor porte Serra do Pinguieiro, na EE Rio Roosevelt Complexo Jamari, um relicto geológico, assim como a Formação Palmeiral, que ocorre em 100% das áreas da EE Rio Madeirinha e do PE Tucumã e 78% da EE Rio Roosevelt, no Mato Grosso A cobertura vegetal é formada principalmente pela Floresta Ombrófila Aberta Submontana e Aluvial e suas variações
EE Rio Roosevelt	Campo rupestre do Roosevelt Serra do Tucumã
EE Rio Madeira	Sua importância está na manutenção de um maciço florestal contínuo e bem preservado, além de outras formações vegetais mais restritas, como as campinaranas, incluindo a importante rede hidrográfica
Resex Guariba-Roosevelt	As comunidades de primatas, especialmente as do guariba-labareda (<i>Alouatta puruensis</i>), espécie bandeira regional A palmeira caranã (<i>Mauritia carana</i>), registrada na Campinarana da Curva do Cotovelo, nova ocorrência para o Estado de Mato Grosso Sítios arqueológicos Coleta de castanha e extração de copaíba e látex – formas de vida tradicional

ASPECTOS SOCIAIS DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

Aspecto histórico cultural – A região da Amazônia Meridional possui uma enorme diversidade social. Ela foi habitada por vários grupos indígenas que deixaram seus registros arqueológicos, como cacos de cerâmicas, urnas funerárias, terra preta e pinturas rupestres, sendo a maior ocorrência na região conhecida como Pedra Preta, em Paranaíta/MT. Atualmente, os povos indígenas existentes são exemplos de resistência. Na parte leste, encontram-se os povos Munduruku, Apiaká e Kayabi; a oeste, o povo Tenharim e no centro ainda há ocorrências de índios isolados nos rios Preto, Maracanã e Bararati.

As investidas das missões bandeirantes, em 1710, marcaram o início da conquista da região. Elas procuravam riquezas e índios para escravizar e tinham o objetivo de aumentar o domínio português para além da linha do Tratado de Tordesilhas.

Nos últimos dois séculos, o ciclo da borracha e a atividade de garimpo trouxeram muitos imigrantes para a região, vindos principalmente do Maranhão e Ceará. Eles se integraram à vida ribeirinha, explorando os recursos naturais das florestas e rios. Esta estratégia de sobrevivência centenária, resultado da integração da cultura portuguesa e indígena, se estabeleceu nas calhas dos rios Teles Pires, Juruena, Tapajós, Sucunduri, Aripuanã, Guariba, Roosevelt e Madeirinha, na parte baixa do relevo, na Planície Amazônica.

A região também recebeu exploradores e naturalistas que pesquisaram a fauna e a flora brasileira. A primeira grande expedição foi a organizada e liderada pelo médico alemão, naturalizado russo, Georg Heinrich von Langsdorff. A Expedição Langsdorff (1825 a 1829), como ficou conhecida, percorreu as províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (atual Estado do Pará), e são dela os primeiros registros etnográficos da região, realizados por Hércules Florence.

Em 1913-1914, foi a vez da Expedição Científica Rondon-Roosevelt, que teve como líderes Theodore Roosevelt e Marechal Cândido Rondon, os primeiros exploradores ao longo do “Rio da Dúvida” (renomeado mais tarde como rio Roosevelt).



Em alguns pontos da Amazônia, a extração do látex permanece como uma atividade econômica importante para os ribeirinhos.

Até o início da década de 1960, a região permanecia praticamente selvagem e pouco conhecida, mas a construção de Brasília, inaugurada em 1960, e a abertura de estradas, como a Rodovia Belém-Brasília, BR-060, acabou atraindo contingentes de migrantes de todo o Brasil. O grupo dos sulistas: gaúchos, catarinenses e paranaenses se destacam. Eles se instalaram, sobretudo, no norte de Mato Grosso e foram os responsáveis pela organização da agricultura, abertura de rodovias, instalação de serrarias, além da fundação de vilas e cidades, avançando sobre a Floresta Amazônica.

Mato Grosso – A colonização em Mato Grosso foi conduzida por empresas privadas que criaram praticamente todos os núcleos urbanos existentes. A matriz econômica da colonização baseou-se na exploração da madeira, seguida de implantação de pastagens para a instalação de pecuária. Desde o processo inicial, a concentração de terras foi a estratégia de ocupação do

território. Em Mato Grosso, o MAM perpassa os municípios de Colniza, Apiacás, Contriguaçu e Aripuanã.

De maneira geral, pode-se dizer que estes municípios são retratos da política equivocada de colonização da região, com lotes vendidos, abandonados ou invadidos por grileiros e pecuaristas. Além disso, há relatos de invasões de terras públicas por grileiros. Os conflitos pela posse de terras são grandes, o que juntamente com a ausência do poder público têm causado um grande índice de criminalidade, especialmente em Colniza. A falta de regularização fundiária é apontada por moradores, produtores e lideranças religiosas como o maior entrave ao desenvolvimento local. A atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA é praticamente nula e há disputas por terras entre os pequenos e os grandes posseiros. A ação dos grileiros e madeireiros ilegais gera clima de insegurança e as famílias convivem com a violência, em todas as suas formas, diariamente.

Outro fator que muito contribuiu para atrair pessoas para o Mato Grosso foi o garimpo, que por décadas movimentou cidades como Apiacás, levando-a ao caos e ao total abandono com o fim da lavra ou a proibição da exploração.

Amazonas – Apuí é um município jovem, criado pelo Governo Federal em 1982 e originado por dois grandes projetos de assentamentos agrários do INCRA: o Projeto Acari, em 1982, também localizado em parte do município de Novo Aripuanã, e o Projeto Juma, em 1992. Estes assentamentos tinham como principal objetivo o desenvolvimento da região sudoeste do Amazonas e o desenvolvimento ao longo da Transamazônica, BR-230. Porém, o processo não foi acompanhado de estrutura, consistência e seriedade, resultando em grande parte no abandono com escasso ou nenhum apoio técnico para os assentados. O número total de lotes chega hoje a cerca de nove mil. Sua principal fonte de renda é proveniente da extração de madeira e da pecuária.

Rondônia – O município de Machadinho D'Oeste foi criado para ser o maior projeto de reforma agrária no país, na década de 1970. Planejado pelo governo militar, foi denominado Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR), de onde partiu a implantação de 14 projetos de assentamentos rurais, simultaneamente. O objetivo do NUAR era o de integrar pequenas propriedades rurais e torná-las produtivas. Assim, a cidade foi planejada em forma circular, sendo o centro reservado ao comércio, serviços e sede

administrativa de órgãos federais, estaduais e municipais. Ao redor deste centro, outro círculo era destinado a abrigar as grandes propriedades rurais e, em torno deste, um outro, para as pequenas propriedades rurais, denominado localmente como Projetos de Assentamentos (PA). O PA Machadinho foi implantado pelo INCRA em 1982, como parte do Programa Polo Noroeste e com fundos do Banco Mundial. Havia um núcleo urbano principal (2.000 ha), um aeroporto (59 ha), 10 núcleos urbanos secundários (953 ha) e 17 reservas florestais (68.000 ha), hoje reservas extrativistas. Em 1986, após processos de ocupações desordenadas por sem-terras da região, o INCRA implantou novos projetos de assentamentos, criando um novo cinturão ao redor dos anteriores.

A Figura 11 mostra os municípios que integram o MAM.

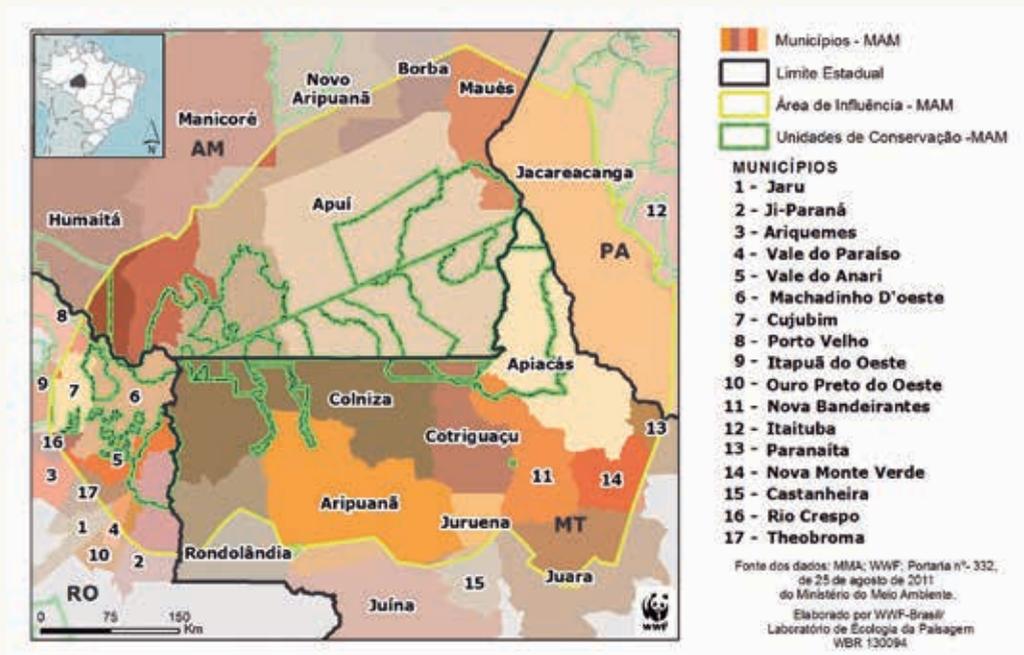
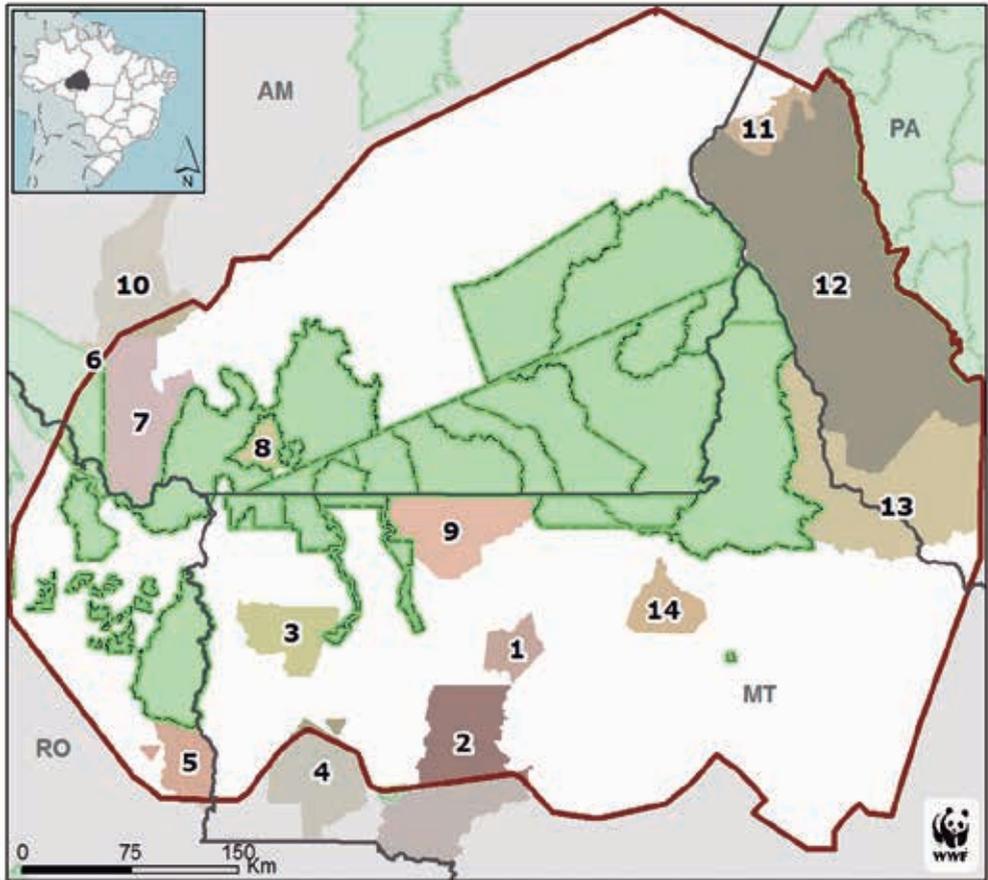


Figura 11. Mapa dos municípios da região do Mosaico da Amazônia Meridional.

Terras Indígenas – Sete terras indígenas localizam-se no entorno do mosaico e podem compor a iniciativa de gestão integrada na região. Elas somam cerca de 5,1 milhões de hectares (Tabela 2). Ainda há na região registros de índios isolados, conforme a Figura 12.

Tabela 2. As terras indígenas do entorno do Mosaico da Amazônia Meridional.

Nome	Tamanho (ha)
Arara do Rio Branco	114.842
Escondido	168.938
Kayabi	1.053.257
Munduruku	2.381.795
Kawahiva do Rio Pardo	411.848
Tenharim Marmelo	497.521
Tenharim Marmelos (Gleba B)	474.471
TOTAL	5.102.672



- Terras Indígenas - MAM
- Limite Estadual
- Área de Influência - MAM
- Unidades de Conservação

TERRAS INDÍGENAS

- 1 - Arara do Rio Branco
- 2 - Aripuana
- 3 - Piripkura (Interdição)
- 4 - Zoró
- 5 - Igarapé Lourdes
- 6 - Diahui
- 7 - Tanharim Marmelos
- 8 - Tenharim do Igarapé Preto
- 9 - Kawahiva do Rio Pardo
- 10 - Tenharim Marmelos (Gleba B)
- 11 - Sai-Cinza
- 12 - Munduruku
- 13 - Cayabi
- 14 - Escondido

Fonte dos dados: MMA, WWF, Portaria nº. 332, de 25 de agosto de 2011 do Ministério do Meio Ambiente.
Elaborado por WWF-Brasil/ Laboratório de Ecologia da Paisagem WBR 130097

Figura 12. Mapa das terras indígenas, com destaque para área com índios isolados.

Mapeamento dos atores sociais – No intuito de mapear os atores necessários para a implementação do MAM e execução de seus objetivos, na II Oficina do Mosaico da Amazônia Meridional, os participantes utilizaram a ferramenta conhecida como Diagrama de Venn, e assim chegaram a uma lista de 54 instituições: públicas, ONGs e sociedade civil. Além do mapeamento dos atores, a ferramenta permitiu a visualização do nível de relação e importância das mesmas com o mosaico. Esse exercício forneceu um rico material para uma futura definição dos possíveis convidados para participarem do conselho gestor.

Potencial de uso sustentável – O entorno dos centros urbanos e adensamentos se caracteriza como lugares de maior valor para o desenvolvimento sustentável da região. Eles são destacados em tons de branco na Figura 13, reduzindo este potencial a partir de vários gradientes de cinza, até chegar ao preto, que indica baixo valor de uso sustentável, voltado para conservação da natureza.

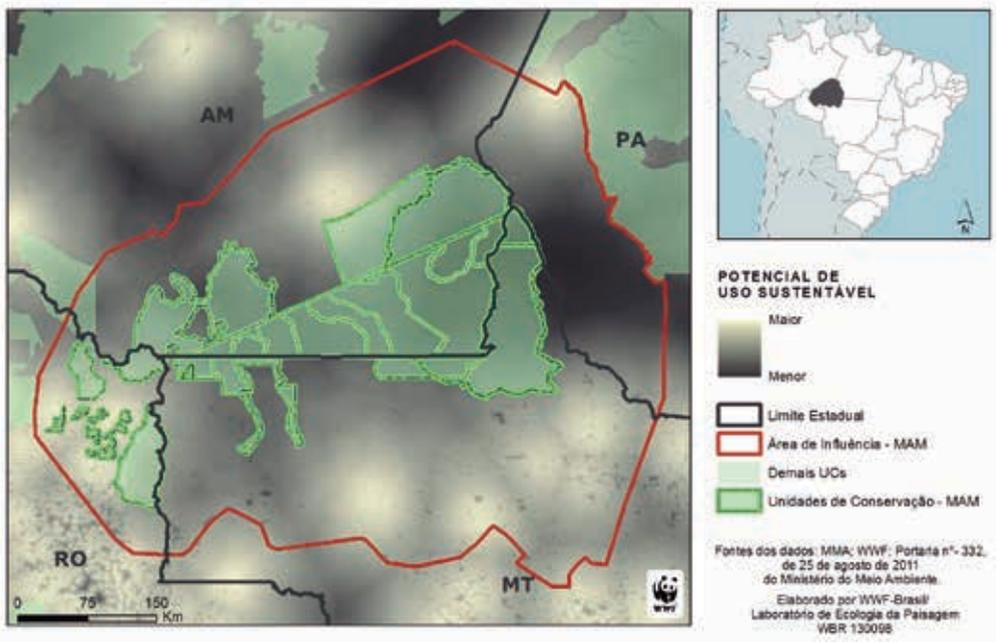


Figura 13. Propostas de áreas de alto valor de uso sustentável. Fonte: Irgang, 2011, e WWF-Brasil, 2014



Pesquisadores realizando o diagnóstico de avifauna no noroeste do Mato Grosso.

ÁREAS CRÍTICAS PARA A MANUTENÇÃO DOS PROCESSOS ECOLÓGICOS

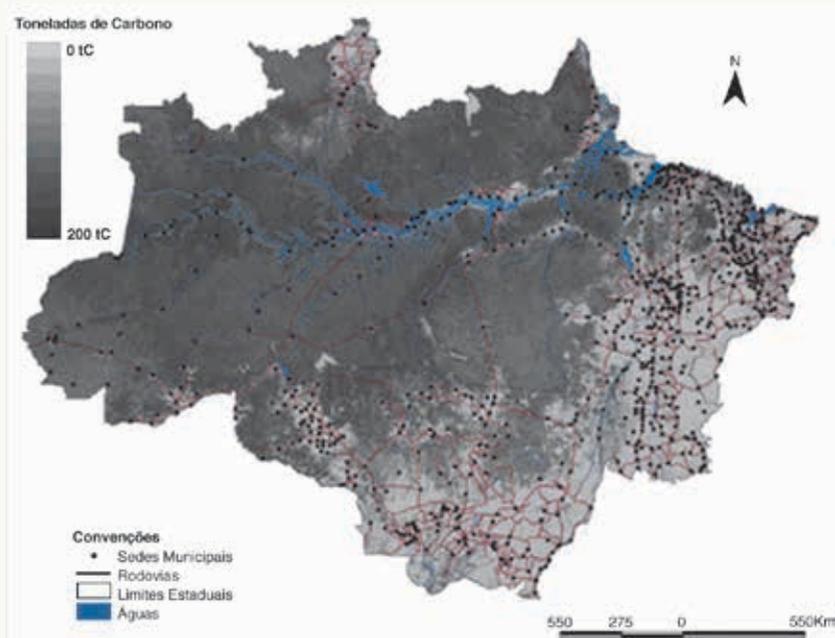
As unidades de conservação que compõem o Mosaico da Amazônia Meridional somam uma área de 7,1 milhões de hectares. Por seu tamanho e localização estratégica, elas garantem a funcionalidade ecossistêmica e os serviços ambientais de uma região importante da Amazônia, contribuindo para a consolidação da parte leste do Corredor da Biodiversidade da Amazônia Meridional. Este conjunto de unidades protege extensos, contínuos e íntegros ambientes florestais, além de uma diversidade de ambientes como as campinaranas, os tabocais e os campos rupestres, garantindo a manutenção de endemismos.

Preservar estes ambientes florestais contínuos é uma forma de garantir a manutenção do fluxo gênico das espécies associadas e dificultar a entrada de espécies invasoras de outros ambientes abertos.

Assim, considerando os fatores fundamentais para manter os processos ecológicos, como a “conectividade de ecossistemas” e os “fluxos dos elementos naturais”, identificam-se no Mosaico da Amazônia Meridional as seguintes áreas críticas:

- a As estradas Transamazônica e do Estanho e a região de Machadinho D'Oeste cortam a conectividade florestal que compreende o eixo norte-sul, especialmente na parte que perpassa o leito dos rios;
- b O fluxo dos rios, especialmente os que ocorrem fora da área do mosaico, como o Teles Pires, Juruena, Aripuanã, Guariba e Roosevelt, que contribuem na regulação da dinâmica hídrica do subsolo, atualmente estão submetidos a processos de barramento e degradação.

Estoque de carbono – A região do mosaico varia de valores médios de 150 a 180 toneladas de carbono por hectare na porção leste e valores menores em sua porção oeste. A Figura 14 exemplifica a questão: quanto mais negro, maior é a integridade da paisagem natural, apresentando forte correlação negativa com as áreas com maior pressão antrópica, que aparecem no tom mais claro. Estima-se mais de um trilhão de toneladas de carbono estocado na região.



Fonte: Série Técnica Nº 10, do Ministério do Meio Ambiente, 2009.

Figura 14. Estoque de carbono florestal na Amazônia Brasileira.

CENÁRIOS FUTUROS

Cenários baseados no uso do solo (30 a 50 anos) – Nas duas últimas décadas, avançou-se muito em relação ao monitoramento na Amazônia. Foram desenvolvidos modelos para simular o desmatamento para toda a bacia amazônica, que incorporam os principais investimentos em estradas na definição de cenários. O projeto “Os Cenários para a Amazônia” (Soares Filho, 2006), de caráter interinstitucional, buscou desenvolver um modelo integrado, baseado em um ambiente computacional, que simulou a dinâmica de uso e cobertura do solo na Amazônia, seus impactos nos ecossistemas amazônicos e as complexas interações entre esses ecossistemas com o clima regional e global, e os ciclos hidrológicos das principais bacias hidrográficas.

Este modelo fundamentou os estudos de criação de unidades de conservação e foi usado em diversas justificativas para os investimentos de programas do governo, como por exemplo, o Programa Arpa. A Amazônia Meridional apresenta grande fragmentação nestes blocos de florestas contínuas causados pelas estradas, como a BR-230, BR-364, RO-257, BR-163 e MT-206, comprometendo principalmente a conectividade norte-sul do MAM.

A possibilidade da floresta amazônica não resistir à mudança do regime de chuvas e ser substituída por um ecossistema de vegetação mais esparsa, do tipo savana, é levantada em vários trabalhos. Existe outra linha de análise, que considera que as florestas intactas da Amazônia podem ser mais resistentes do que muitos modelos de ecossistema assumem, pelo menos em resposta às anomalias climáticas em curto prazo.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A Amazônia, por muito tempo, foi vista como uma grande área desocupada e disponível para ações “progressistas”. Essa visão equivocada levou, no decorrer da sua história de ocupação, ao desenvolvimento de políticas que incentivaram e desencadearam uma forte migração para Amazônia, vista como válvula de escape para os problemas sociais de outras regiões (Skole *et al.*, 1994).

Por muitas vezes, o governo adotou essa política, oferecendo incentivos fiscais (Mahar, 1988; Schmink e Wood, 1992; Moran, 1993) e promovendo políticas de colonização do espaço que era considerado inóspito (Hecht, 1985; Hecht e Cockburn, 1990; Schmink e Wood, 1992; Andersen e Reis, 1997; Laurance, 1999). Dada a realidade fundiária da Amazônia, onde se sobressai o caos no território, afloraram-se os conflitos referentes à ocupação da terra e à tão esperada reforma agrária (Fearnside, 1985 e 2001; Soares-Filho *et al.*, 2006), o que contribuiu para o avanço da exploração madeireira (Nepstad *et al.*, 2000), da pecuária (Mertens *et al.*, 2002; Kaimowitz *et al.*, 2004) e para o *boom* do agronegócio.

Ainda sob esse cenário, pode-se acrescentar a expansão das culturas de soja sobre áreas de pastagens (Alencar *et al.*, 2004a) e os investimentos em infraestrutura, sobretudo a abertura de estradas e pavimentação (Nepstad *et al.*, 2000; Carvalho *et al.*, 2001; Laurance *et al.*, 2001). São eles que promovem a viabilidade econômica da agricultura e da exploração madeireira na Amazônia Central, com conseqüente valorização de terras.

É possível dizer que os pilares dos conflitos socioeconômicos na Amazônia encontram-se marcados pela mineração e garimpagem que ocorrem especialmente no curso dos rios e em áreas remotas, com extrema dificuldade de acesso; extração ilegal de madeira viabilizada por uma

rede de estradas secundárias e ramais; grilagem das terras, atividade parcialmente interrompida com a criação das unidades de conservação, uma vez que a UC dá função à terra e isso dificulta a ação dos grileiros; ocupação da terra por fazendeiros para a criação de gado, e caso a terra ofereça condições, aproveita-se também na produção de grãos com mecanização, abrindo caminho para a especulação imobiliária ilegal; e consolidação do agronegócio, com a chegada da infraestrutura (estradas asfaltadas e barramentos dos corpos d'água).

Esses conflitos, que representam o interesse econômico, se contrapõem de maneira direta com os objetivos de conservação do mosaico, visto que:

- a A mineração ilegal ou garimpagem ocorre em praticamente todas as unidades de conservação do mosaico, sem a necessidade da propriedade da terra. A exploração acontece nas calhas dos rios, que, em sua maioria, são de difícil acesso.
- b A extração ilegal de madeira também tem ampla distribuição pelo Mosaico, ocorrendo principalmente pelas bordas, próxima de áreas adensadas, como assentamentos, vilas e distritos. A malha de estrada e ramais avança sobre a floresta propiciando o escoamento da produção. Muitas vilas vivem basicamente desta atividade, independente de sua ilegalidade. A atividade mantém centenas de serrarias e centros de desmembramento das toras em madeira cortada, dificultando a fiscalização.
- c A pesca ilegal é outro fator preponderante e ocorre nas principais calhas dos rios, apesar das cachoeiras impedirem o acesso ao centro do mosaico.
- d A fronteira vem se consolidando com a implementação de políticas de assentamentos realizadas pelo governo federal, como também por iniciativas ilícitas como a grilagem de terras públicas. O mosaico é alvo destas ameaças, mas espera-se que a regularização fundiária nas unidades de conservação dificulte a apropriação de terras públicas por grileiros. Destaca-se no Mosaico do Apuí a grilagem de terras públicas nos rios Guariba, Aripuanã e Roosevelt e, secundariamente, no Sucunduri, e a privatização do Pontal de Apiacás, com uma malha de fazendas compradas para o manejo florestal, como estoque para o futuro, e florestas para a compensação ambiental de reserva legal. A Figura 15 mostra o avanço da fronteira agrícola na região do MAM.

No município amazonense de Silves,
ribeirinho contempla os efeitos da seca
histórica registrada em 2005.





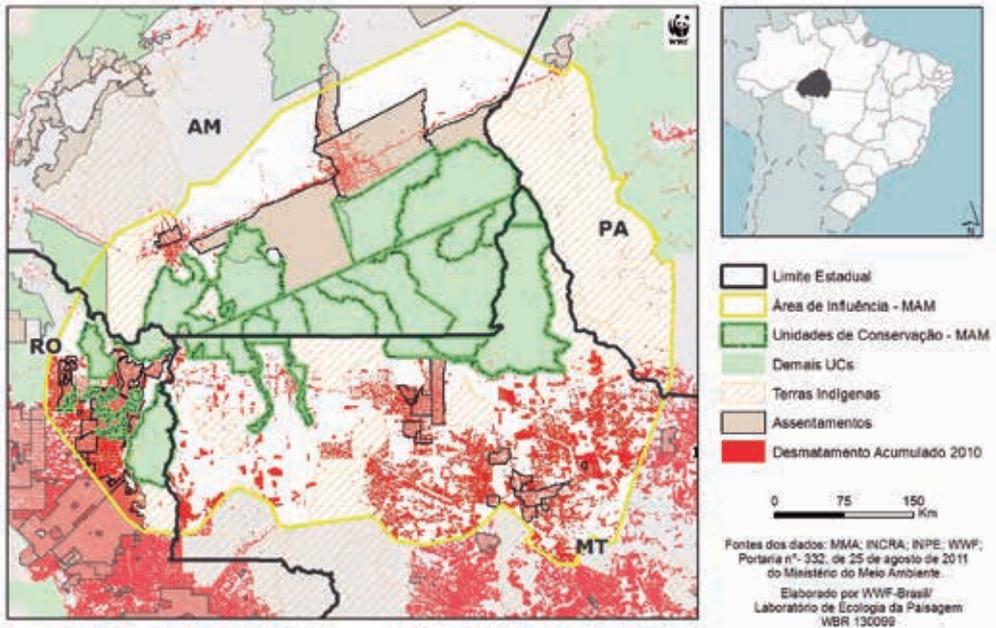


Figura 15. Mapa dos avanços da fronteira agrícola (em vermelho) na região do Mosaico da Amazônia Meridional.

Com a consolidação da fronteira agropecuária, as fazendas se multiplicam de forma legal ou ilegal, e parte delas alteram a paisagem com o desmatamento, para viabilizar a criação bovina, principalmente. Os maiores desmatamentos que ocorrem no mosaico e em seu entorno imediato são decorrentes de aberturas de florestas para fazendas de gado.

Por último, a chegada da grande infraestrutura e o asfaltamento de rodovias na região estimula ainda mais a expansão da fronteira agrícola e da exploração madeireira. No caso do mosaico, os maiores empreendimentos de infraestrutura existentes são projetos de hidrelétricas: Tabajara, no PN Campos Amazônicos; Sucunduri, no Mosaico do Apuí e cachoeiras do Juruena, no PN do Juruena e Mosaico do Apuí, que pretendem barrar os principais cursos d'água da região, importantes para o fluxo e dinâmica hidrológica que o mosaico tem como objetivo preservar. O asfaltamento das principais vias da região pode acarretar uma colossal conversão de florestas em pastagens e áreas agrícolas, resultando em fragmentação florestal e profunda perda do patrimônio genético da Amazônia Meridional – ainda pouco conhecido, além

da redução regional das chuvas, com possível aumento da inflamabilidade de suas paisagens. A Figura 16 mostra os projetos de infraestrutura para a região.

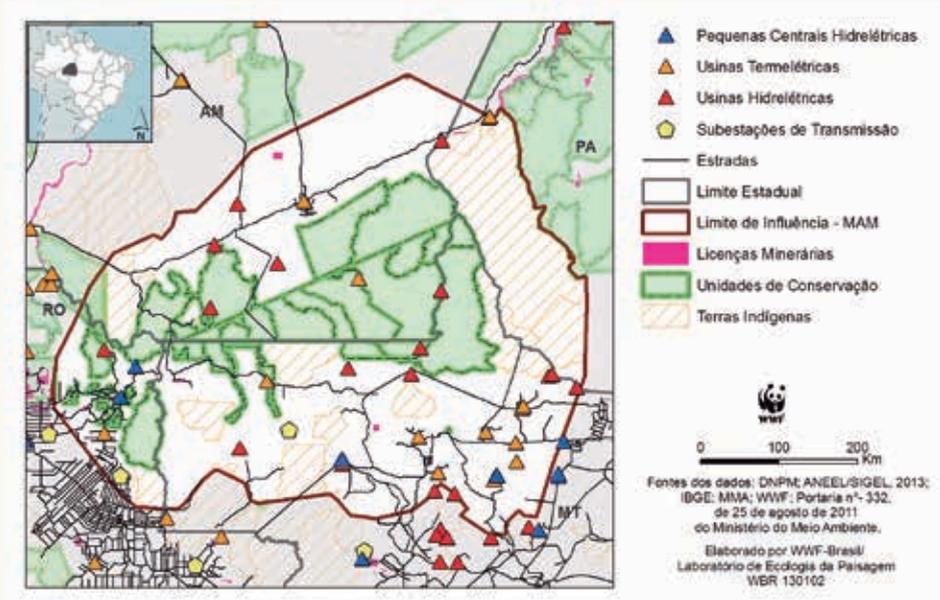


Figura 16 Mapa dos projetos de infraestrutura e manejo florestal, com destaque na região do Mosaico da Amazônia Meridional.



Caminhões carregados de madeira, na divisa dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas.

AMEAÇAS IDENTIFICADAS NA CARACTERIZAÇÃO

Em outubro de 2006, as ameaças aos valores de conservação foram avaliadas e no decorrer dos anos de planejamento do Mosaico passaram por detalhamentos durante as oficinas, enriquecidas com as novas informações provenientes das pesquisas (Tabela 3).

Tabela 3. As principais ameaças das unidades de conservação do MAM.

UC	Ameaças
Mosaico do Apuí	Grilagem de terras públicas nos rios Guariba, Aripuanã e Roosevelt e, secundariamente, no Sucunduri (Sempre Verde, Asprojur e Pionera) Garimpo de diamante no PE Sucunduri e FE Apuí Estradas sem controle desde Mato Grosso em direção ao mosaico Exploração ilegal de madeira Ocupações sem controle
PN Campos Amazônicos	Desmatamento Tráfego no Ramal do Pito Aceso Ramal do Pito Aceso Incêndios Potencial hidrelétrico (rio Tabajara e Cachoeira Inferninho) Monocultura de grãos Garimpo nas Terras Indígenas Extração ilegal de madeira Fragmentação dos campos
PN do Juruena	Garimpo de ouro ao longo do rio Juruena Garimpo de diamante em São Tomé Pesca comercial no norte do PN Densa ocupação do sul do PN Extração de fibra no Apiacás (palha de babaçu, óleo da palmeira) Potencial hidrelétrico (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) Grande desmatamento em Colniza (MT)

Tabela 3. As principais ameaças das unidades de conservação do MAM.

UC	Ameaças
ReBio Jaru	Garimpo de ouro e pedras Isolamento (perda de conectividade com PN Campos Amazônicos)
PE Igarapés do Juruena	Extração de madeira Garimpo Grilagem Invasão
PE Tucumã	Extração de madeira Garimpo Grilagem e invasão
EE Rio Roosevelt	Extração de madeira Garimpo Grilagem Invasão Estrada MT-206
EE Rio Madeira	Extração de madeira Garimpo Grilagem e invasão
Resex Guariba-Roosevelt	Extração de madeira Garimpo Grilagem e invasão



Mapeamento participativo realizado junto às comunidades da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt.

5 · ALCANCE DO PLANO ESTRATÉGICO DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

OBJETIVOS, LINHAS ESTRATÉGICAS E METAS DE CONSERVAÇÃO

OBJETIVO GERAL

Conservar as florestas contínuas e outros ambientes naturais existentes, bem como seus valores socioculturais associados, na região de abrangência do Mosaico da Amazônia Meridional, consolidando uma barreira frente à expansão da fronteira agropecuária, garantindo a funcionalidade ecossistêmica.

METAS

- 100% das UCs mantêm sua cobertura florestal de 2010;
- 100% da conectividade existente em 2009 mantidos;
- 100% das UCs com estratégias de desmatamento evitado em curso;
- Índice de desmatamento na região de abrangência do mosaico reduzido em 10%;
- Conectividade da Rebio Jarú com o PN Campos Amazônicos estabelecida em 200 mil hectares (corredor ecológico);
- Pelo menos duas áreas de alto valor de conservação incluídas em novas áreas protegidas;
- 50% das terras indígenas participantes da gestão integrada;
- 100% do manejo florestal realizados com baixo impacto nas UCs de uso sustentável;
- 01 selo (certificação de origem) do mosaico para a produção responsável recebido – identidade territorial reconhecida nos sistemas produtivos.

A iniciativa de criação do mosaico surgiu a partir da necessidade do estabelecimento de uma estratégia integrada de conservação, que pudesse fazer frente à forte pressão de desmatamento proveniente do avanço da fronteira agrícola, pecuária e da exploração ilegal de madeira oriundos principalmente dos estados do Mato Grosso e Rondônia.

As linhas estratégicas para o alcance do objetivo principal do MAM foram definidas no decorrer das oficinas, seminários e planejamento integrado das UCs. As estratégias seguem abaixo relacionadas:

AS LINHAS ESTRATÉGICAS

- I Manutenção da funcionalidade dos ecossistemas da região do mosaico;
- II Conservação da biodiversidade específica e das espécies de interesse;
- III Proteção dos afloramentos rochosos, especialmente o Domo do Sucunduri;
- IV Manutenção das relações de uso tradicional dos recursos naturais e conservação dos patrimônios materiais e imateriais relacionados;
- V Viabilidade do manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável;
- VI Disseminação de atividades sustentáveis e boas práticas;
- VII Integração e fortalecimento das instituições gestoras das áreas protegidas do mosaico.

DESTAQUE DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO DESEJADA PARA O TERRITÓRIO DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

Conforme estudos de Irgang (2011), o cenário desejável para a conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável, considerando o alcance dos objetivos estabelecidos neste planejamento, pode ser descrito segundo dois territórios: o das unidades de conservação, que foi chamado de território reconhecido, e o da área que circunda as UCs, que foi chamado de entorno. Esses territórios e suas respectivas áreas são visualizados na Figura 17.

Território reconhecido – onde ocorre a manutenção dos atuais limites das unidades de conservação pertencentes ao mosaico e onde as ações são implementadas, segundo cada unidade de conservação. Assim, o cenário desejado é expresso pelas categorias das unidades que compõem o mosaico, sendo as de proteção integral com áreas de maiores restrições de uso que aparecem em verde escuro. As de uso sustentável, que permitem o manejo

de recursos naturais para a manutenção dos modos de vida tradicionais e o desenvolvimento regional, aparecem em marrom, rosa e verde claro.

Território do entorno – nesta área são previstas regiões de uso intensivo, com alta alteração da paisagem, locais com cidades, vilas, distritos e área rural, com fazendas de gados e grãos: aparecem em vermelho. As terras indígenas que podem compor a gestão integrada, colaborando para os objetivos do mosaico, surgem na cor clara.

Por último, as áreas de usos sustentáveis e de alto valor biológico, em amarelo e verde médio, importantes para as funções ecossistêmicas; portanto, além de prover o manejo florestal e boas práticas de geração de renda, a área pode ser destinada à ampliação do sistema de unidades de conservação e estabelecimento de corredores ecológicos.

Fonte: Irgang, 2011.

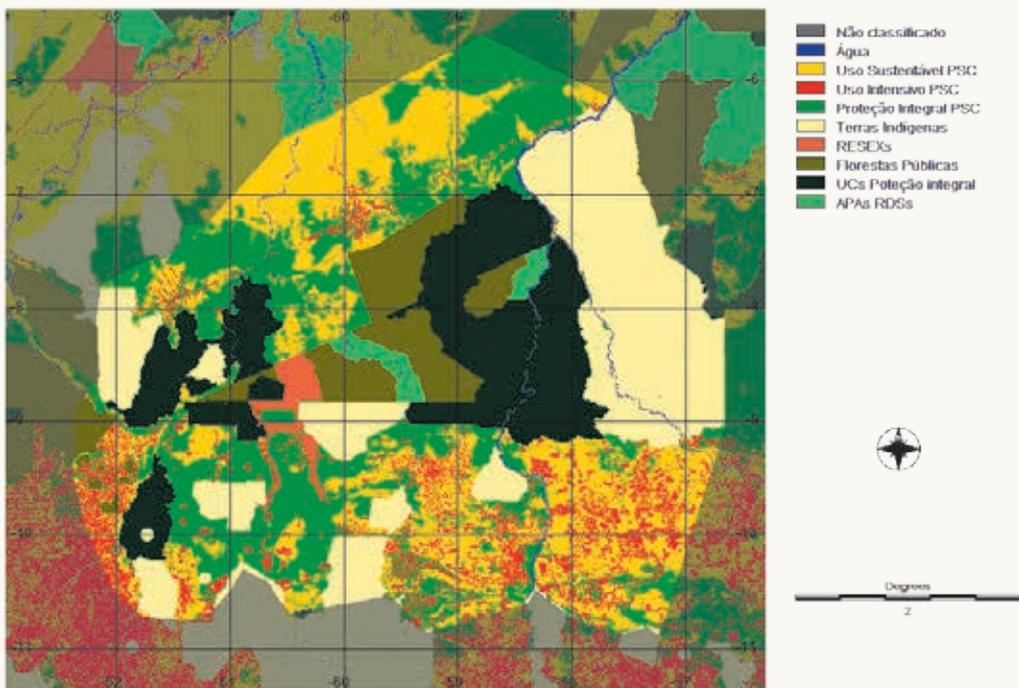


Figura 17. Mapa do cenário desejável para a região do Mosaico da Amazônia Meridional.

- Os limites sofreram alterações e por falta de dados essas figuras não foram alteradas.

ÁREAS SOBREPOSTAS DO MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

No Mosaico da Amazônia Meridional existem quatro áreas onde há sobreposições de áreas protegidas, ou, conforme definiu a equipe, áreas duplamente protegidas, a saber:

- 1 Parque Nacional do Juruena com a EE de Apiacás, com 108.684 ha;
- 2 Parque Nacional do Juruena com o Parque Estadual Igarapés do Juruena, com 115.500 ha;
- 3 Resex Guariba Roosevelt com a TI Piripikura, com 3.989 ha;
- 4 Resex Guariba Roosevelt com a TI Rio Pardo, com 2.725 ha.

A Figura 18 mostra essas sobreposições:

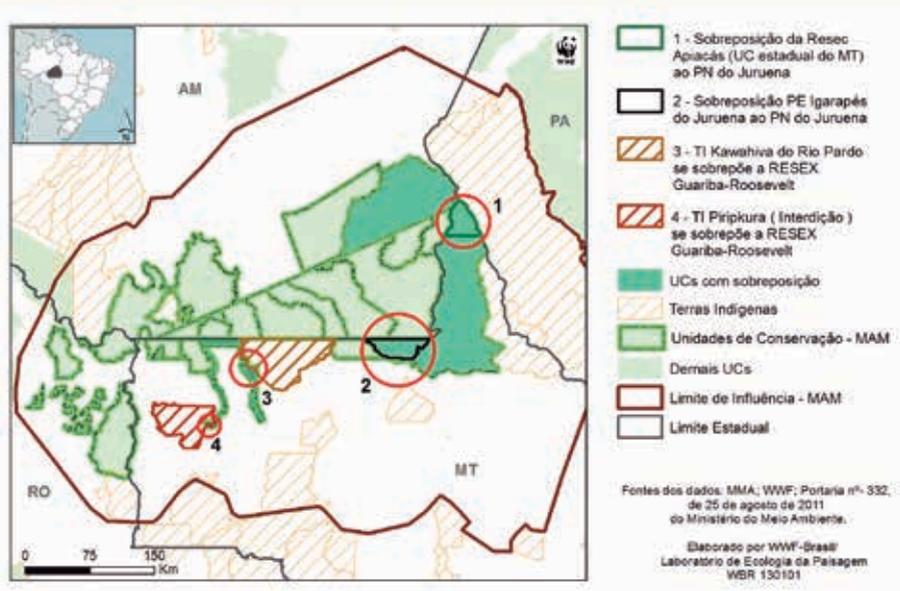


Figura 18. Mapa das sobreposições nas Áreas Protegidas do Mosaico da Amazônia Meridional.

Uma nova área de sobreposição foi declarada no dia 19 de abril de 2011. A Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou no Diário Oficial da União o resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, sobrepondo parte do Parque Nacional do Juruena. Essa ação vai exigir uma somatória de esforços para

garantir a gestão do espaço em prol do objetivo comum que orienta a gestão destas áreas protegidas. Também a compatibilidade dos interesses e objetivos entre todos os órgãos gestores do território são fundamentais para o alcance de resultados de conservação, manutenção de modo de vida tradicional e do desenvolvimento sustentável.

INTEGRAÇÃO DO ZONEAMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A integração dos zoneamentos das unidades de conservação do MAM foi possível pela sobreposição dos diferentes zoneamentos, pois as categorias seguem a mesma lógica, com poucas variações nos títulos atribuídos. Mesmo assim, foi possível identificar oito classes diferentes, a saber: Zona Intangível, Zona Primitiva, Zona de Exploração de Uso Intensivo, Zona de Proteção, Zona de Sobreposição com TI, Zona de Uso Conflitivo, Zona para Uso Experimental, Terras Indígenas (Figura 19).

Os maiores conflitos identificados entre os zoneamentos foram na sobreposição entre o PN do Juruena e o PE Igarapés do Juruena, onde o zoneamento do PN definiu zona de uso intensivo sobre áreas intangíveis do parque estadual.

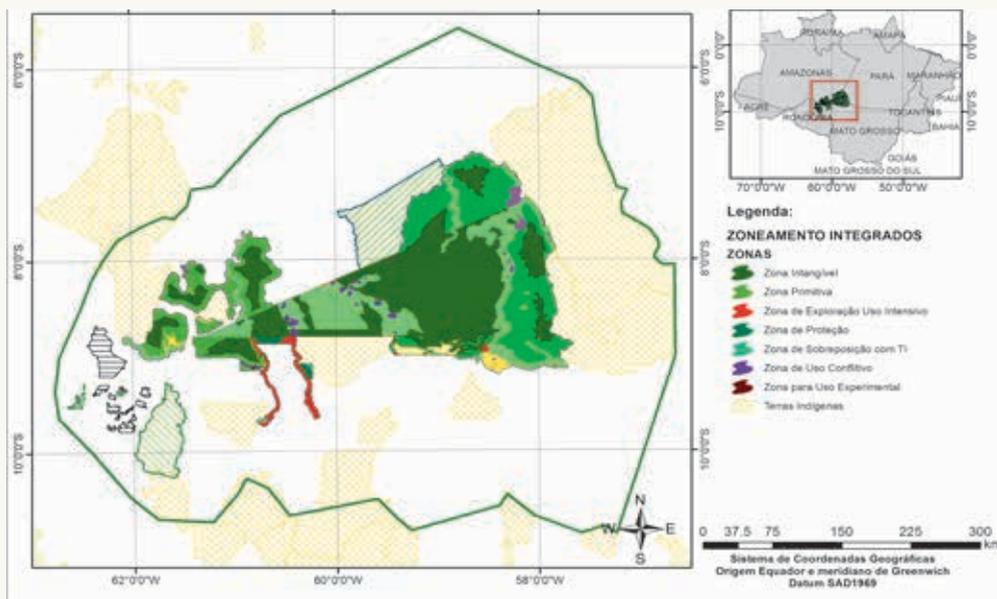
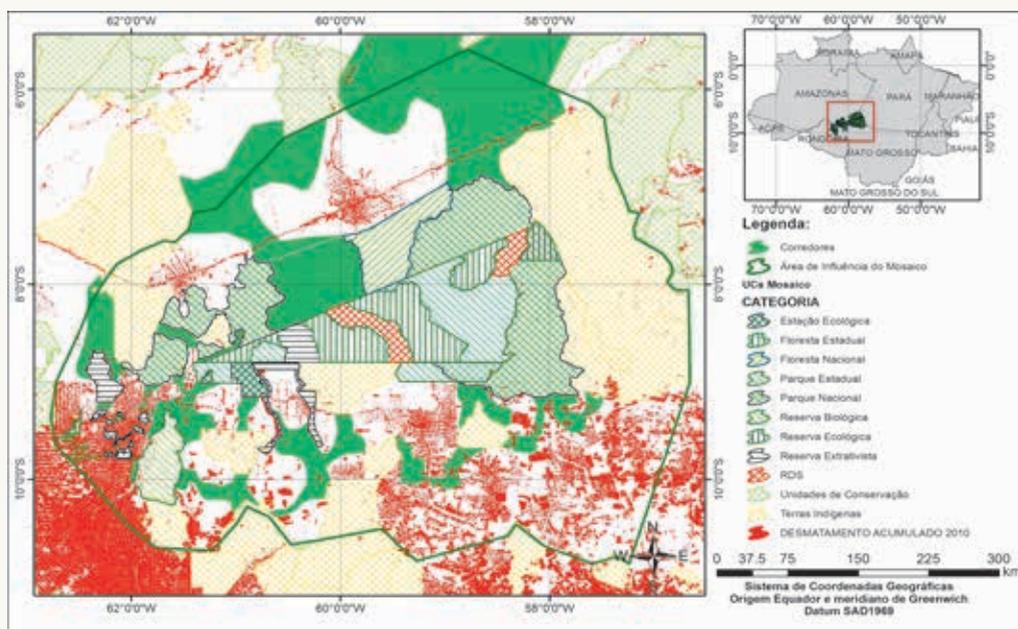


Figura 19. Mapa da integração dos zoneamentos das unidades de conservação do Mosaico da Amazônia Meridional.

- Os limites sofreram alterações e por falta de dados essas figuras não foram alteradas.

PROPOSTA DE CORREDORES ECOLÓGICOS E DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As áreas em verde escuro que se destacam na Figura 20 foram consideradas nos estudos de Irgang (2010) de significativo valor biológico e podem ser destinadas para criação de novas áreas protegidas ou corredores ecológicos. Na região do Mosaico da Amazônia Meridional, a importância destas áreas está relacionada com a conexão das florestas norte-sul. O Estado do Amazonas se destaca por concentrar a maior área de promoção da conservação da conectividade norte-sul e especialmente na tríplice fronteira entre os estados de RO e MT. A fragmentação está em franca expansão, o que acende um alerta para a urgência de, através de instrumentos legais, integrar essas áreas às demais e assim garantir a conservação de biodiversidade local.



Fonte: Irgang, 2010.

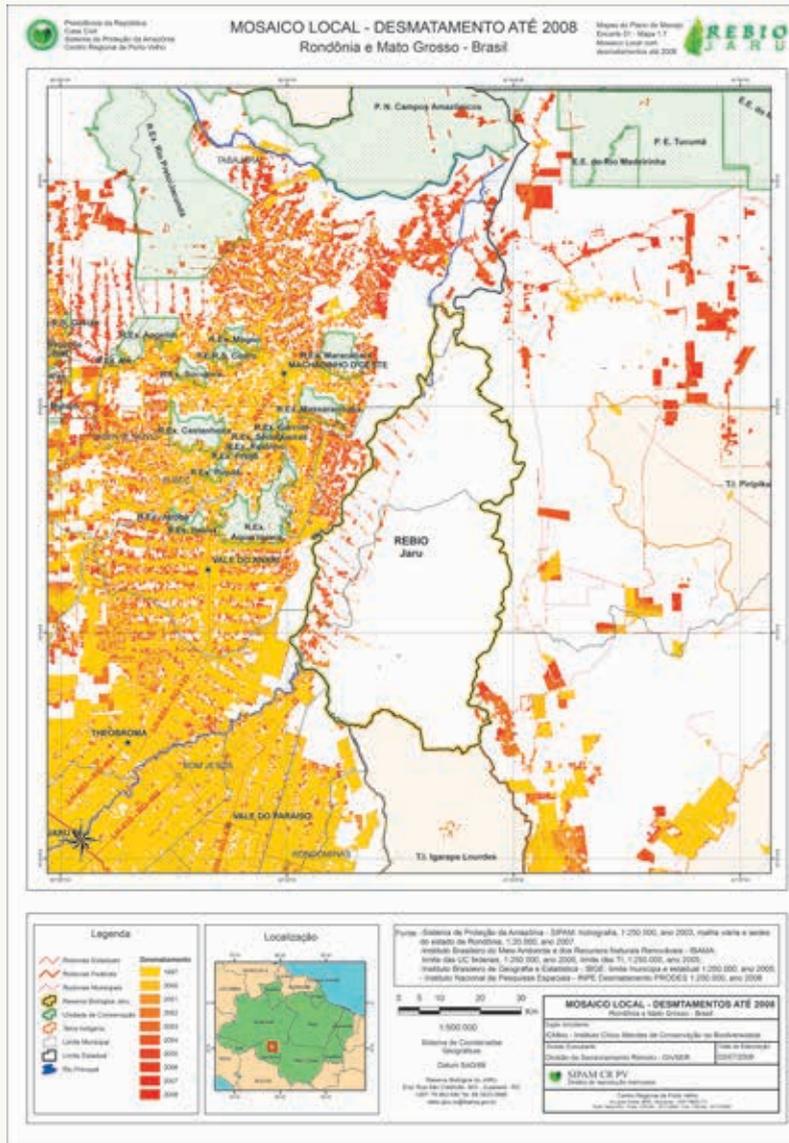
Figura 20. Mapa das propostas de corredores ecológicos e novas áreas protegidas.

- Os limites sofreram alterações e por falta de dados essas figuras não foram alteradas.

PROPOSTA DE USO DO SOLO PARA ESPAÇOS SEM COBERTURA NATURAL NO MAM

De forma geral, o Mosaico da Amazônia Meridional se encontra em uma situação de conservação privilegiada, com florestas extensas e preservadas. A exceção é a região de Rondônia, onde existe um alto grau de fragmentação

entre as unidades de conservação estaduais e sua integração com o sistema federal de conservação. Esta região exige intensa atuação de regeneração e construção de corredores ecológicos para manter alguma conectividade biológica (Figura 21).



tradição do mosaico, com grande fragmentação florestal

Figura 21. Mapa da região mais degradada no município de Machadinho D'Oeste. Fonte: Plano de Manejo da ReBio Jarú, 2010.



Para os moradores da Resex Guariba-Roosevelt, o Mosaico da Amazônia Meridional é uma ferramenta que pode ajudar na manutenção de seu modo de vida tradicional.

6 · SISTEMA DE GOVERNANÇA

MODELO DE GOVERNANÇA PARA O MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

Durante o processo de construção da gestão integrada na região do Mosaico da Amazônia Meridional foram apresentadas várias formas de arranjos de sistemas de governanças aos órgãos gestores e instituições parceiras. Nas oficinas, exemplos de implementação de outros mosaicos foram estudados, identificando-se pontos positivos e negativos.

No caso do Mosaico da Amazônia Meridional, o modelo de sistema de governança definido pelo coletivo foi a forma mais simples, com as estruturas clássicas de um conselho gestor de unidade de conservação. Nele estão presentes as seguintes instâncias:

- A plenária será o órgão superior do conselho, sendo composto pelos conselheiros indicados pelas instituições, associações e organizações elencadas na Portaria de reconhecimento do MAM.
- A diretoria executiva será eleita pela plenária em reunião ordinária, para um mandato de dois anos, permitida a recondução por mais um mandato. Essa diretoria deverá realizar atividades de apoio técnico, operacional e administrativo ao conselho do mosaico e será composta por: presidente, vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário.
- As câmaras temáticas serão formadas por integrantes do conselho e convidados, quando pertinente, com a definição de um coordenador e outro relator.

Estes elementos foram incorporados e detalhados no Regimento Interno do funcionamento do conselho, aprovado em sua primeira reunião, em dezembro de 2011. Além disso, o Regimento Interno reforça as atribuições do conselho do mosaico definido pelo Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei do SNUC (apresentados nas Bases Legais do Mosaico).

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo do MAM é composto pelos representantes dos seguintes setores e entidades:

Representação governamental:

- a Quatro gestores das unidades de conservação federais integrantes do mosaico;
- b Um gestor das unidades de conservação do Estado do Amazonas integrantes do mosaico;
- c Um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas;
- d Um gestor das unidades de conservação do Estado de Mato Grosso integrantes do mosaico;
- e Um gestor das unidades de conservação do Estado de Rondônia integrantes do mosaico;



Posse dos conselheiros do MAM, ocorrida em dezembro de 2011.

- f Um representante da Secretaria de Meio Ambiente dos municípios do Amazonas integrantes do território do mosaico;
- g Um representante da Secretaria de Meio Ambiente dos municípios de Mato Grosso integrantes do território do mosaico;
- h Um representante da Secretaria de Meio Ambiente dos municípios de Rondônia integrantes do território do mosaico.

Representação não governamental:

- a Três representantes das organizações não governamentais socioambientais atuantes na região do mosaico;
- b Três representantes de organização de base (sindicatos, associações, colônias, cooperativas) atuantes na região do mosaico;
- c Três representantes do setor empresarial e produtivo atuantes na região do mosaico;
- d Dois representantes dos povos indígenas.



Criança moradora do Parque Nacional do Juruena.

7 · PRIORIDADES, PLANO DE AÇÃO E PROJETOS

Para atingir os objetivos e metas estabelecidas no planejamento estratégico para o Mosaico da Amazônia Meridional, as principais linhas de ação definidas foram:

- Proteção;
- Pesquisa;
- Consolidação Territorial;
- Geração de Renda;
- Fortalecimento das Organizações Comunitárias;
- Gestão e Comunicação.

O anexo 3 traz um conjunto de tabelas detalhando o planejamento elaborado para a implementação do objetivo geral, específicos, metas, indicadores, atividades, local, data, responsáveis e valor a ser investido.

PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO NO MAM

Na segunda reunião do conselho gestor, realizada em maio de 2012, foram debatidas e estabelecidas as prioridades de intervenção no MAM. A priorização está detalhada na tabela 12, do anexo 4.

MECANISMO DE MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O monitoramento deverá seguir em duas escalas: o monitoramento das metas, realizado a cada três semestres e o do plano de ação, feito semestralmente, nas reuniões de conselho. O monitoramento das metas deverá ser realizado com apoio de indicadores. Atualmente existe uma pessoa no conselho responsável em capitanear esse monitoramento, com o acompanhamento das tabelas e partilha com os conselheiros.

MECANISMO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Como estratégia de divulgação e comunicação das ações integradas do Mosaico da Amazônia Meridional a proposta é de implementá-la em três

momentos: imediatamente, médio e longo prazos, conforme detalhamento apresentado na tabela 13, do anexo 5.

O plano de comunicação está também organizado em função dos eixos temáticos prioritários citados acima e sua relação com as necessidades de comunicação de cada eixo se encontram descritos na tabela 14, do anexo 6.

MECANISMO PARA A INCORPORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO NO PLANEJAMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Os planos de manejo do Parque Nacional do Juruena, Parque Nacional dos Campos Amazônicos e Mosaico do Apuí foram elaborados concomitantemente ao planejamento estratégico, de forma conjunta, utilizando a mesma metodologia de unidades de paisagem e de planejamento voltados aos resultados. Os demais planos de manejo das unidades que compõem o mosaico devem seguir a mesma lógica, orientados pelas estratégias estabelecidas no plano do mosaico, em especial:

- manter o alinhamento das unidades de paisagem da natureza, realizando pesquisas científicas de inventários de fauna e de flora de forma a ampliar o conhecimento sobre este tema, com integração aos dados já existentes;
- realizar diagnósticos sociais e mapeamentos dos conflitos sobre os recursos naturais de forma integrada com as unidades de conservação vizinhas, buscando sinergia na solução de conflitos e alternativas econômicas compatíveis com o plano estratégico do mosaico;
- no estabelecimento do zoneamento dos novos planos, considerar a representatividade das unidades de paisagens da natureza do conjunto do mosaico, com proteção mais restritiva para paisagens raras e únicas da unidade de conservação planejada. Considerar, também, a integração das novas zonas com as já existentes, criando um planejamento orgânico na escala do mosaico;
- no estabelecimento dos programas do plano de manejo, considerar os objetivos geral e específicos, além das metas. Elas devem refletir no planejamento da unidade de conservação, buscando sua especificidade e integrando as ações com as unidades vizinhas.

É desejável que as unidades de conservação que estiverem se preparando para elaborar o plano de manejo busquem junto ao conselho gestor do mosaico recomendações das experiências exitosas e lições aprendidas dos planos já elaborados.

ESTRATÉGIA FINANCEIRA PARA A IMPLEMENTAÇÃO

De forma geral, existem várias fontes de financiamento para as atividades previstas no plano de ação do planejamento estratégico e integrado. Na terceira reunião ordinária do conselho do MAM, em Porto Velho/RO, maio de 2012, ficou definido que serão elaborados projetos que devem ser submetidos a doadores nacionais e internacionais.

Importante ainda ressaltar que cada Unidade de Conservação que compõe o MAM deve prever em seu planejamento anual os recursos para a implementação de atividades integradas, conforme preconiza o planejamento em cascata, onde a operacionalização das ações do Mosaico é mais um elemento do planejamento de cada uma das Unidades que o compõe.



Lagarta encontrada no Parque Nacional do Juruena.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Alencar, A. et al., *O desenvolvimento que queremos: ordenamento territorial da BR-163, Baixo Amazonas, Transamazônica e Xingu*. Meeting report. 29-31 mar (IPAM, ISA, FVPP, FETAGRI/PA, BAM, FORMAD, CEFTBAM, Fórum BR – 163 – GTA). Santarém/PA, 2004.

Andersen, L. E. e Reis, E. J. *Deforestation, Development and Government Policy in the Brazilian Amazon: An Econometric Analysis*. Working Paper 513. Rio de Janeiro/RJ. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1997.

Carvalho, G.; Barros, A. C.; Moutinho, P. e Nepstad, D. *Sensitive Development Could Protect Amazonia Instead of Destroying It*. *Naturem N*, 409, 2001, p.131.

Fearnside, P. M. *Land-tenure Issues as Factors in Environmental Destruction in Brazilian Amazon: The Case of Southern Pará*. *World Dev.* Vol 29, nº 8, 2001, pp 1361-1372.

Hecht, S. *Environment, Development and Politics: Capital Accumulation and Livestock Sector in Eastern Amazonia*. *World Development*, nº 13, 1985, pp. 663-684.

Hecht, S.; Cockburn, A. *The Fate of the Forest. Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon*. HarperCollins, 1990, 357 p.

http://www.cifor.cgiar.org/publications/pdf_files/media/Amazon.pdf

ICMBio. *Plano de Manejo da Reserva Biológica do Jaru*, 2010.

ICMBio. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena*, 2011.

ICMBio. *Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos*, 2010.

Irgang, G. V. *Relatório sobre as análises geográficas da região do Mosaico da Amazônia Meridional*, 2011.

Irgang, G. V. *Unidades de Paisagem Natural como subsídios à integração de dados bióticos no planejamento de unidade de conservação*. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba/PR, 2009.

Irgang, G. V.; Oliveira, P. L. *Análise temporal do estado da conservação ambiental do Parque Estadual de Itapuã/RS e sua zona de amortecimento: subsídios para o estabelecimento de Unidade de Conservação*. *Natureza & Conservação*, v.2, p.19 – 31, 2004.

Irgang, G. V.; Santos, R. R. *Plano de Manejo – Relatório Temático de Meio Físico Parque Nacional Juruena*, 2008.

Kaimowitz, D.; Mertens, B.; Wunder, S. e Pacheco, P. *Hamburger Connection Fuels Amazon Destruction*. Bangor, Indonesia, Center for International Forest Research, 2004.

Laurance, S. G. W; Laurence, W. F. ; Nascimento, H. E. M.; Andrade A.; Fearnside, P. M.; Rebello, E. R. G. ; Condit, R. *Variação a longo prazo na dinâmica de floresta amazônica*. *Journal of Science de vegetação*, 20, 323–333, 2009.

Laurance, W. F. *Reflections on Tropical Deforestation Crisis*. *Biological Conservation*, n. 91, pp 109-177, 1999.

Mahar, D. J. *Deforestation in Brazil's Amazon Region: Magnitude, Rate and Causes*. New York, The World Bank, 1988.

MMA, Série Técnica Nº 10 do Ministério do Meio Ambiente, 2009.

Moran, E. F. *Deforestation and Land Use in the Brazilian Amazon*. *Human Ecology*, n.21, pp 1-21, 1993.

NatureServer (www.natureserve.org), 2011.

Nepstad, D.; Capobianco, J. P.; Barros, A. C.; Carvalho, G.; Moutinho, P.; Lopes, U. e Lefebvre, P. *Avança Brasil. The Environmental Costs for Amazon*. <http://www.ipam.org.br/avanca/participen.htm>, 2000.

Pinheiro, M. R. et al., 2010. *Recomendações ao Reconhecimento e Implementação de Mosaicos de Áreas Protegidas*, GIZ, Brasília, 2010, 240 p.

Rylands, A. *Priority areas for conservation in the Amazon. Trends in Ecology and Evolution*, 5(8): 240-241, 1990.

Schöngart, J.; Junk, W. J. *Journal of Hydrology*, v335, 124-132, 2007.

SDS/CEUC. *Plano de Manejo do Mosaico do Apuí*, 2010.

Skole, D. L.; Chomentowski, W. A. e Nobre, A. D. *Physical and Human Dimensions of Deforestation in Amazon. BioScience*, vol. 44, n. 5, pp 314-322, 1994.

Soares-Filho B. S. A.; Nepstad, D.; Curran, L.; Voll, E.; Cerqueira, G.; Garcia, R. A.; Ramos, C. A.; McDonald, A.; Lefebvre, P.; Schlesinger, P. *Modeling conservation in the Amazon basin. Nature*, London, v. 440, p. 520-523, 2006.

Stanley, H. *Conceptos de uso público en los espacios naturales protegidos*, EUROPARC, Espanha, 2005.

WWF-Brasil. *Estudos da região do Bloco de Conservação Juruena Apuí*, Relatório interno. Marcos Roberto Pinheiro, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 · OBJETOS DE CONSERVAÇÃO E AMEAÇAS

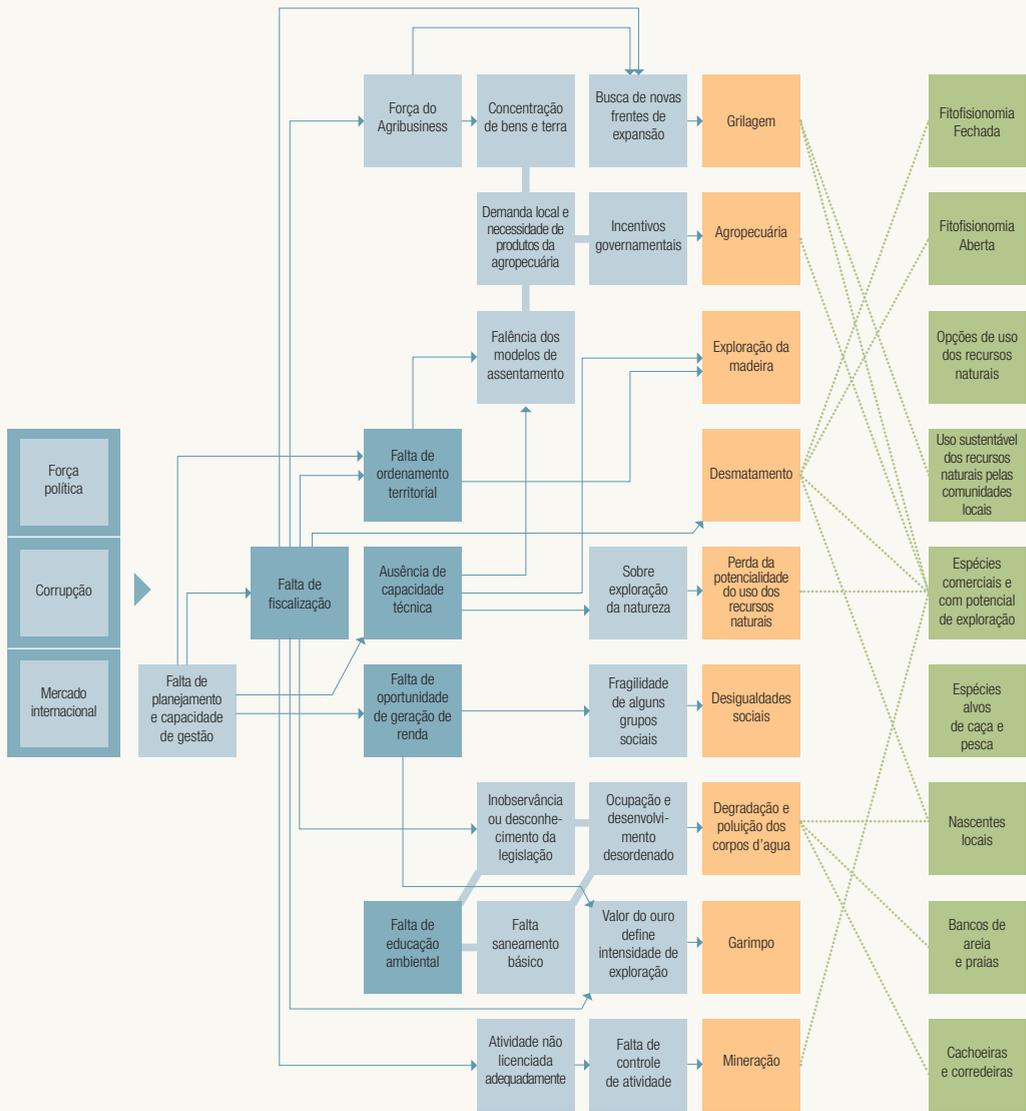
Os objetos de conservação e as principais ameaças definidos na Oficina que aconteceu em Pirinópolis/GO, em 2006, após a Expedição Juruena-Apuí. Os objetos com asterisco (*) foram utilizados na construção do modelo conceitual do Anexo 2.

Objetos de conservação				
Fluxos	Sistemas	Regiões	Locais	Espécies
Manutenção das relações ecológicas e diversidade genética	Manter a integridade dos recursos hídricos	Sub-bacias Teles Pires, Juruena, Sucunduri, Aripuanã, Juma, Guariba, Roosevelt e Madeirinha	Locais de nascente*	Espécies desconhecidas pela ciência peixes reofílicos peixes migratórios
			Ambientes lacustres intocados Banco de areias e praias* Cachoeiras e corredeiras*	
	Manter a integridade dos sistemas terrestres	Formações geológicas especiais		Espécies vulneráveis ou sob baixa pressão de uso Espécies alvo de caça*
		Mini-interflúvios	Fitofisionomia Aberta*	
Reprodução Socio-cultural	Diversidade étnica			Mogno sp comerciais* Espécies da fauna comercial
	Usos sustentáveis dos recursos naturais pelas comunidades locais*			
	Opções de uso de recursos naturais*			

Fonte: WWF-Brasil, 2006.

Ameaças aos objetos de conservação					
	Fonte/ Causa	Tipo de Atividade		Consequência	Efeito
Área Núcleo	Assenta- mentos rurais Grilagem* Mineração*	Quei- madas	Mono- cultura*	Desmatamento* Perda da po- tencialidade de uso dos recur- sos naturais*	Desigualda- des socioe- conômicas*
		Explo- ração madeira*	Caça		
		Pecuária*	Garimpo*	Degradação e poluição dos corpos d'água*	
		Turismo preda- tório	Pesca predatória		
Área de Entorno	Assenta- mentos urbanos	Acesso ro- doviário	Hidrovias		
	Garimpo* Mineração*	Pequenas Centrais Hidroe- letricas - PCHs	Expansão agropecuária*		

ANEXO 2 · MODELO CONCEITUAL



Fonte: WWF-Brasil, 2006.

Modelo conceitual da região da Amazônia Meridional construído em 2006.

ANEXO 3 · PLANEJAMENTO ELABORADO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PEM

Tabelas com planejamento elaborado para a implementação do objetivo geral, específicos, metas, atividades, local, data, responsáveis e valor a ser investido.

Tabela. 4. Objetivo geral e indicadores do MAM

Objetivo geral	Indicadores
<p>Conservar as florestas contínuas e outros ambientes naturais existentes, bem como seus valores socioculturais associados, na região de abrangência do Mosaico da Amazônia Meridional, consolidando uma barreira frente à expansão da fronteira agropecuária, garantindo a funcionalidade ecossistêmica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Porcentagem da área da cobertura florestal das UCs em relação a 2010. • Porcentagem da redução da conectividade em relação a 2009. • Número das UCs com estratégias de desmatamento evitado em curso. • Taxa de redução de índice de desmatamento na região de abrangência do mosaico. • Área de floresta promovendo a conectividade da ReBio Jarú com PN Campos Amazônicos. • Número de novas áreas protegidas. • Número de terras indígenas participantes da gestão integrada do mosaico. • Porcentagem do manejo florestal realizado com baixo impacto nas UCs de uso sustentável. • Número de certificações realizadas na região do mosaico.

Tabela 5. Objetivos específicos e indicadores do MAM

Objetivos específicos	Indicadores
1. Manter a funcionalidade dos ecossistemas da região do mosaico. (bacia hidrográfica, conectividade, alto grau de conservação encontrado nas fitofisionomias florestais e não florestais, serviços ecossistêmicos, gradiente altitudinal, lat/long)	<p>1a Porcentagem da área de cobertura florestal das UCs em relação a 2010.</p> <p>1b Número de corredores ecológicos entre as UCs de RO.</p> <p>1c Número de corredores ecológicos entre as TIs e outras UCs do noroeste do MT.</p> <p>1d Número de estudos sobre o impacto das infraestruturas previstas e existentes sobre o recurso hídrico.</p> <p>1e Número de corredores ecológicos ao longo da Transamazônica.</p> <p>1f Número de novas áreas protegidas.</p>
2. Conservação da biodiversidade específica e das espécies de interesse. (endemismos e representatividade biológica da avifauna)	<p>2a Número de banco de dados sobre as unidades de paisagem definidas em 2010.</p> <p>2b Número de pesquisas realizadas em unidades de paisagem de baixo conhecimento.</p> <p>2c Número das fontes de financiamentos e instituições de pesquisa articulados para esta região.</p>
3. Proteger afloramentos rochosos, especialmente o Domo do Sucunduri	<p>3a Área total protegida da região do Domo de Sucunduri.</p> <p>3b Número de estudos de avaliação e planejamento do potencial turístico dos afloramentos (chapada e cachoeiras).</p>
4. Manutenção das relações de uso tradicional dos recursos naturais e conservação dos patrimônios materiais e imateriais relacionados	<p>4a Número de atividades promovidas para o resgate dos valores das formas de vida tradicionais e número de atividades para a formação de novas lideranças.</p> <p>4b Número de intercâmbios entre comunidades tradicionais.</p> <p>4c Porcentagem das populações extrativistas do Mosaico da Amazônia Meridional conectadas às redes já existentes e número de novas formas de organização social promovidas.</p> <p>4d Número de estudos sobre o conhecimento existente referentes ao patrimônio material e imaterial da região, em especial os sítios arqueológicos.</p>

Tabela 5. Objetivos específicos e indicadores do MAM

Objetivos específicos	Indicadores
<p>5. Viabilidade do manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável.</p> <p>Dentro das UCs: potencial florestal e extrativista; manejo madeireiro e não madeireiro</p>	<p>5a Número de cadeias produtivas dos produtos da floresta nas UCs de uso sustentável estabelecidos.</p> <p>5b Número de polos de beneficiamento estabelecidos na região.</p> <p>5c Porcentagem da zona destinada ao manejo florestal realizado com baixo impacto nas florestas.</p> <p>5d Porcentagem da zona destinada ao manejo florestal realizado por empresas e organizações locais.</p> <p>5e Porcentagem das comunidades tradicionais capacitadas em extrativismo e em gestão de negócios.</p>
<p>6. Disseminação de atividades sustentáveis e boas práticas.</p> <p>Área de atuação: geração de renda com bases sustentáveis, atores e público alvo, turismo – rios cristalinos e sítios arqueológicos</p>	<p>6a Porcentagem da área ocupada com boi verde/ecológico</p> <p>6b Porcentagem do manejo florestal autorizado com anuência das UCs</p> <p>6c Porcentagem de empresários e associações madeireiras capacitadas em manejo florestal/ano</p> <p>6d Porcentagem da produção florestal certificada/ano</p> <p>6e Número de certificações realizadas na região do mosaico</p> <p>6f Número de estudos do potencial turístico, foco no rio Juruena</p> <p>6g Número de planos de ordenamento pesqueiro realizados por cada bacia hidrográfica de maior grandeza</p>

Tabela 5. Objetivos específicos e indicadores do MAM

Objetivos específicos	Indicadores
7. Integração e fortalecimento das instituições gestoras das áreas protegidas do mosaico. Conhecimento, operacionalização dos planos de manejo das UCs, fiscalização	7a Número de termos de cooperação bilaterais estabelecidos
	7b Porcentagem da equipe das UCs capacitadas em gestão de áreas protegidas e em gestão integrada
	7c Número de reuniões ordinárias do conselho por ano
	7d Porcentagem de conselheiros capacitados em gestão integrada
	7e Número de produtos de comunicação/ano sobre mosaico
	7f Porcentagem das UCs com conselhos gestores.
	7g Número de reuniões dos conselhos gestores realizadas
	7h Número de avaliações semestrais do planejamento integrado operacional/ano (plano de ação)
	7i Número de análises da implementação e de suas efetividades de gestão do mosaico

Tabela 6. Linha Estratégica – Proteção

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
1. Sinalização e fiscalização conjunta	1.1. Sinalizar o rio Jurue- na a partir da Cachoeira São Simão até Salto Augusto	jun/jul 2012	PN do Juruena e Mosaico do Apuí	25.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i
	1.2. Sinalizar e fiscalizar os rios Madeirinha e Roosevelt	Sem data... A ser defi- nida pelas instituições	ICMBio, PNCA, Mosaico do Apuí e BPA	21.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i
	1.3. Sinalizar o rio Machado	jul/12	Jaru, SEDAM/ RO e SEMA, Machadinho	25.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i

Tabela 6. Linha Estratégica – Proteção

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
2. Operação conexão mosaico	2.1. Fiscalizar a extração ilegal de madeira	Sem data... A ser definida pelas instituições	ICMBio, REBIO Jarú, Mosaico do Apuí e BPA	70.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i
3. Operação rio Aripuanã	3.1. Realizar operação de fiscalização de combate à pesca ilegal	Sem data... A ser definida pelas instituições	ICMBio/Jatuarana Mosaico do Apuí, SEMA/ MT e BPA/AM	12.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i
4. Operação rio Sucunduri	4.1. Fiscalizar o garimpo do Mucura, no PE Sucunduri	Sem data... A ser definida pelas instituições	ICMBio/PNJU e Jatuarana, Mosaico do Apuí, BPA, IBAMA	60.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i
5. Operação ReBio Norte I II III e IV	5.1. Fiscalizar desmatamento e queimadas	2012	ReBio Jarú, PNCA, IBAMA e SEDAM	50.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i
6. Sinalização do rio Sucunduri	6.1. Sinalizar o rio Sucunduri	mar/13	Mosaico do Apuí, PNJU e Jatuarana	25.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i
7. Sinalização do FLONA Jatuarana	7.1. Sinalizar o rio Acari e Bunda de Ema	abr/13	Mosaico do Apuí, PNJU e Jatuarana	15.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i

Tabela 6. Linha Estratégica – Proteção

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
8. Elaboração do Plano de Proteção	8.1. Viabilizar recursos para a elaboração do Plano de Proteção. Contratar consultoria. Realizar reunião com os representantes do MAM e SIPAM	2º semestre 2012 e 2013	Comitê gestor do MAM e UCs	300.000,00	Objetivo geral, 7h, 7i
9. Monitoramento remoto do MAM	9.1. Estabelecer parcerias com SIPAM. Capacitar gestores para usar as ferramentas.	2012 e 2013	SIPAM, MAM, INPE, IMAZON, ICMBio e IBAMA	200.000,00	Objetivo geral e 7 h i

Tabela 7. Linha Estratégica – Educação

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
10. Levantamento do estoque, potencial e impacto da pesca esportiva nos rios Roosevelt, Bararati e Machado	10.1. Realizar coleta de material em campo. Sistematizar e analisar os resultados. Divulgar os resultados. Implantar os resultados obtidos no Plano de Uso Público das UCs	2º semestre de 2012 e 2013	ICMBio/PNCA, Mosaico do Apuí, UFAM, Setor Turístico, UNIR-JIPA	75.000,00 PNCA e 40.000,00 Bararati 30.000,00 rio Machado	2a, 2b, 2c

Tabela 7. Linha Estratégica – Educação

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
11. Análise dos estudos das viabilidades e impactos das hidrelétricas do MAM	11.1. Mapeamentos das hidrelétricas previstas. Criar GT para estudos de impacto de implantação das hidrelétricas da região do MAM. Manifestação formal do CCMAM junto às instituições. Divulgar resultados	2012	Consultoria CCMAM	150.000,00	1d
12. Criação de novas UCs em Aripuanã e outras no entorno do MAM	12.1. Levantamento e estudo de viabilidade de criação	2013	Prefeitura Aripuanã e Parceiros	300.000,00	1f
13. Pesquisa de população de zog zog na RESEX Guariba Roosevelt	13.1. Buscar recursos	2012	ICMBio, Secretarias, Rio Terra, WWF-Brasil e Universidades	100.000,00	2a, 2b, 2c
14. Diagnósticos socioambientais	14.1. Buscar recursos			100.000,00	4b
15. Diagnósticos etnoambientais e TIs	15.1. Buscar recursos			100.000,00	4b

Tabela 7. Linha Estratégica – Educação

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
16. Sistematização do patrimônio imaterial	16.1. Levantamento do patrimônio imaterial da região do MAM			100.000,00	4e
				995.000,00	

Tabela 8. Linha Estratégica – Consolidação Territorial

Ações	Atividade	Quando	Quem	R\$	Metas
17. Demarcação	17.1. Contratação de empresa ou formalização de convênio com o Exército Brasileiro para realizar a demarcação georreferenciada	2012 em diante	1) PNCA, ReBio JARU e UCs RO 2) UCs MT, Mosaico do Apuí e PNJu	1.200,00 por km X 500 km = 600.000,00	1g
18. Sinalização dos limites das UCs	18.1 Confeccionar e instalar placas de sinalização	julho/2012 (RB Jarú) em diante	1) PNCA, ReBio JARU e UCs RO 2) UCs MT, Mosaico do Apuí e PNJu	700,00 por placa instalada X 100 = 70.000,00	1g
19. Manifestação ao MDA solicitando regularização fundiária no entorno do MAM	19.1. Elaborar ofício ao MDA	Até a próxima reunião do CCMAM	Simone (elaboração); Aprovação pela plenária	0,00	1a , 1g

Tabela 8. Linha Estratégica – Consolidação Territorial

Ações	Atividade	Quando	Quem	R\$	Metas
20. Manifestação ao MMA cobrando definição da ZA para UCs federais	20.1. Elaborar ofício; socializar pelo e-mail e após a conclusão, encaminhar ao MMA pelo MAM	junho/2012	Simone (elaboração); Aprovação pelos chefes de UCs federais e assinatura pelo presidente do MAM	0,00	todas as metas 1, exceto 1f, todas as metas 6
21. Manifestação à SEDAM solicitando reavivamento das picadas e sinalização das UCs RO	21.1. Elaborar ofício à SEDAM	até julho/2012	UCs RO (elaboração); aprovação e encaminhamento pelo MAM	0,00	1g
22. Conflitos relacionados à questão fundiária das UCs de RO, AM e MT	22.1. Manifestação do CCMAM quanto à necessidade de resolução dos conflitos relacionados às ocupações ilegais e roubo de madeiras das UCs de RO, AM e MT	2012/2013	RO – MT – AM	0,00	1g
23. Inclusão das associações e comunidades nas discussões referentes à consolidação territorial	23.1. Atividade de educação ambiental e formação; maior participação nos conselhos das associações e terras indígenas	2012	ICMBio, Secretarias, ONGs, Associações de RO, AM, FUNAI e MT	500.000,00	1g, todas as metas 4

Tabela 8. Linha Estratégica – Consolidação Territorial

Ações	Atividade	Quando	Quem	R\$	Metas
24. Diagnósticos e planos de manejo para UCs que não os têm	24.1. Firmar convênios; tratar consultoria e preparar logística necessária ao atendimento de demandas conjuntas	2012	ICMBio, Secretarias, ONGs, Associações de RO, AM, FUNAI e MT	1.000.000,00	1g, 4e, 4d, 7a
25. Revisar os planos de manejo e diagnósticos das UCs	25.1. Firmar convênios; tratar consultoria e preparar logística necessária ao atendimento de demandas conjuntas.	2012	ICMBio, Universidades, Secretarias, ONGs, Associações de RO, AM e MT	1.000.000,00	1g, 4e, 4d, 7a
26. Diagnósticos etnoambientais das TIs do MAM	26.1. Firmar convênios; tratar consultoria e preparar logística necessária ao atendimento de demandas conjuntas.	2012	ICMBio, Universidades, Secretarias, ONGs, Associações de RO, AM e MT	1.000.000,00	4e, 7a

Tabela 8. Linha Estratégica – Consolidação Territorial

Ações	Atividade	Quando	Quem	R\$	Metas
27. Gestão de conflitos socioambientais	27.1. Identificar os conflitos existentes na região do MAM; Mapear os conflitos a partir das reuniões do MAM; Buscar alternativas para a resolução destes conflitos (recategorização, desafetação, ...); Fortalecer as relações institucionais; Estabelecer instrumentos de gestão compatíveis (TC, TRC, ...)	Processo contínuo a partir de 2012	CCMAM + GT específico	500.000,00	1d, 1g, 6a, 6g

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
28. Cadeia produtiva da castanha	28.1. Identificação dos centros de beneficiamento já em operação e realização de um diagnóstico do processo produtivo.	jul/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
28. Cadeia produtiva da castanha	28.2. Identificação dos centros potenciais para multiplicação das experiências existentes	set/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5
	28.3. Mapeamento dos castanhais nas associações (centros de beneficiamento já existentes) e em áreas desconhecidas	jun/13	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	28.4. Organização e capacitação das associações que trabalham com castanha	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	28.5. Equipamentos: terçado, prensas, descascador de castanha, esquentador da castanha, material de embalagem, galpão etc.	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
28. Cadeia produtiva da castanha	28.6. Identificação de mercado / plano de negócio para a castanha	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	28.7. Aplicação do selo do mosaico e selo de cada centro do mosaico.	dez/12	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5
	28.8. Marketing e mídia	jun/13	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5
29. Cadeia produtiva da farinha	29.1. Padronização e automatização do processo produtivo da farinha	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	29.2. Controle de qualidade da farinha	Contínuo	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	29.3. Identificação de mercado para a farinha	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
30. Cadeia produtiva em Sistemas Agroflorestais: cupuaçu, açai, pupunha, guaraná, côco, banana, café, essências, óleos, madeira, cacau etc.	30.1. Identificação dos centros de beneficiamento já em operação e realização de diagnóstico do processo produtivo	jul/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5
	30.2. Identificação dos centros potenciais para multiplicação das experiências existentes	set/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5
	30.3. Organização das associações e capacitação	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
30. Cadeia produtiva em Sistemas Agroflorestais: cupuaçu, açai, pupunha, guaraná, côco, banana, café, essências, óleos, madeira, cacau etc.	30.4. Equipamentos: despoldadeira, câmara fria, material de embalagem, galpão etc.	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
30. Cadeia produtiva em Sistemas Agroflores-tais: cupuaçu, açai, pupunha, guaraná, côco, banana, café, essências, óleos, madeira, cacau etc.	30.5. Identificação de mercado / plano de negócio	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	30.6. Aplicação do selo do mosaico e selo de cada centro do mosaico	dez/12	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5
	30.7. Marketing e mídia	jun/13	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5
31. Essências, látex e óleos (copaíba, andiroba, buriti, breu, seringa)	31.1. Identificação dos centros de beneficiamento já em operação e realizar um diagnóstico do processo produtivo	jul/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5
	31.2. Identificação dos centros potenciais para multiplicação das experiências existentes	set/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
31. Essências, látex e óleos (copaíba, andiroba, buriti, breu, seringa)	31.3. Organização das associações e capacitação	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	31.4. Diagnóstico das atividades de produção dentro da área do MAM				5
	31.5. Equipamentos: despoldadeira, câmara fria, material de embalagem, galpão etc.	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	31.6. Identificação de mercado / plano de negócio	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	31.7. Aplicação do selo do mosaico e selo de cada centro do mosaico	dez/12	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5
	31.8. Marketing e mídia	jun/13	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
32. Turismo (pesca, aventura, ecoturismo, cultural, histórico, arqueológico)	32.1. Identificação das iniciativas de turismo já existentes	jul/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	6
	32.2. Identificação dos potenciais turísticos	set/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	6
	32.3. Organização das associações e capacitação	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	6
	32.4. Infraestrutura e equipamentos	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	6
	32.5. Identificação de mercado / plano de negócio	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	6
	32.6. Aplicação do selo do mosaico e selo de cada centro do mosaico.	dez/12	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	6
	32.7. Marketing e mídia	jun/13	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	6

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
33. Piscicultura com peixes endêmicos da região	33.1. Identificação das iniciativas de piscicultura já existentes	jul/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	6
	33.2. Identificação dos potenciais	set/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	6
	33.3. Organização das associações e capacitação	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	6
	33.4. Infraestrutura e equipamentos	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	6
	33.5. Identificação de mercado / plano de negócio	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	6
	33.6. Aplicação do selo do mosaico e selo de cada centro do mosaico	dez/12	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	6
	33.7. Marketing e mídia	jun/13	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	6

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
34. Madeira	34.1. Identificação de áreas propícias para a atividade	jun/13	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5
	34.2. Identificação de associações e sindicatos para manejo florestal comunitário e empresarial	jun/13	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5
	34.3. Verificação da regularidade dos documentos das áreas para manejo	jun/13	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	34.4. Capacitação para realizar manejo de baixo impacto	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	34.5. Divulgação para a sociedade para facilitar a aceitabilidade do setor	Contínuo	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
34. Madeira	34.6. Articulação para engajamento do poder público municipal e estadual para realização e aprovação do projeto de manejo	Contínuo	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	34.7. Articulação com os parceiros	Contínuo	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	34.8. Realização do manejo com acompanhamento dos atores responsáveis pela área (chefe da UC, comunitários, setores públicos, privados, sindicatos etc.)	01/06/2016 até jun/2018	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	34.9. Identificação de mercado / plano de negócio	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	34.10. Aplicação do selo do mosaico e selo de cada centro do mosaico	jun/16	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
35. Movellaria e artesanato (resíduos de madeira, cipó, sementes, fibras, palhas, cascas, ouriços, argila e barro)	34.11. Marketing e mídia	Contínuo	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5
	35.1. Identificação das iniciativas já existentes	jul/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5
	35.2. Identificação dos potenciais	set/12	Representantes do mosaico	6 áreas x 2.000 = 12.000	5
	35.3. Organização das associações e capacitação	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5

Tabela 9. Linha Estratégica – Geração de Renda

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
35. Movelaria e artesanato (resíduos de madeira, cipó, sementes, fibras, palhas, cascas, ouriços, argila e barro)	35.4. Infraestrutura e equipamentos	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	35.5. Identificação de mercado / plano de negócio	jun/14	Formação de um GT de produção para esta atividade + consultor	Fazer levantamento	5
	35.6. Aplicação do selo do mosaico e selo de cada centro do mosaico	dez/12	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5
	35.7. Marketing e mídia	jun/13	Formação de um GT de produção e comunicação para esta atividade	Fazer levantamento	5
36. Pagamentos de Serviços Ambientais	36.1. Iniciar discussões no conselho	Reuniões do conselho	Conselheiros	Fazer levantamento	todas as metas 1 e 2

Tabela 10. Linha Estratégica – Fortalecimento da Organização Social

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
37. Capacitação do MAM	37.1. Elaboração de Projetos	4º e 5º (reuniões ordinárias)	ICMBio/ Rioterra/ WWF-Brazil/IPA	Custos da reunião	7b
	37.2. Gestão Territorial e Ambiental	4º e 5º (reuniões ordinárias)			7d
	37.3. Legislação Ambiental (SNUC, Lei Nº 9.605 etc.)	4º e 5º (reuniões ordinárias)			
	37.4. Gestão Integrada e Áreas Protegidas	Ver plano anual do ICMBio			
38. Capacitações para Associações do MAM	38.1. Gestão Territorial e Ambiental	Biênio 2013 e 2014	ICMBio Secretarias de MA, ONGs, Conselho do MAM (Rioterra/WWF-Brazil/IPA)	Captação – logística, materiais, equipamentos, RH e mobilização	4b
	38.2. Comunicação	Biênio 2013 e 2014			7b
	38.3. Gestão Adm. e Financeira	Biênio 2013 e 2014			
	38.4. Direito e Cidadania	Biênio 2013 e 2014			
	38.5. Inclusão/Questão de Gênero	Biênio 2013 e 2014			

Tabela 10. Linha Estratégica – Fortalecimento da Organização Social

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
39. Intercâmbios de boas práticas	39.1. Identificar as associações de interesse para a atividade	2012-2013	Associações, Secretarias, ONGs do CCMAM	Captação – Logística e mobilização	4c
	39.2. Organizar logística e mobilizar instituições	2012-2013			4d
40. Telecentros	40.1. Levantar as demandas	2012-2013	UCs/Associações e Prefeituras	06 Centros 6x 150mil = 900.000,00	
	40.2. Solicitar ao Ministério das Ciências e Tecnologias – MCT	2012-2013			
	40.3. Buscar recursos para infraestrutura	2012-2013			
41. Centros de Multimídias	41.1. Capacitação em informática	1 ano			4d
	41.2. Aquisição de computadores	1 ano			
42. Capacitação Comunitária	42.1. Agentes ambientais voluntários	A partir de 2012	ICMBio/ SEDAM/ Defesa Civil/ IBAMA e Prefeituras	5.000,00 por curso	7d
	42.3. Brigada de incêndios – voluntários	A partir de 2012			

Tabela 10. Linha Estratégica – Fortalecimento da Organização Social

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
43. Programa Educação Ambiental ReBio Jarú/ UCs / MAM	43.1. Elaboração do escopo	Agosto de 2012	ReBio Jarú/ WWF-Brasil/ IPA/	+ – 30.000,00	2
	43.2. Contratação de consultoria para auxiliar na elaboração	Agosto de 2012	SEDAM		7

Tabela 11. Linha Estratégica – Gestão e Comunicação

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
44. Funcionamento da Secretaria	44.1. Aquisição de equipamentos	Constante	Secretaria Executiva	100.000,00	todas as metas 7
	44.2. Aquisição de material de consumo				
	44.3. Contratação de RH				
	44.4. Custo fixo de escritório				
45. Discussão das bases de apoio e base central do CCMAM	45.1. Definir em reunião do CCMAM	Reunião ordinária	Conselheiros		

Tabela 11. Linha Estratégica – Gestão e Comunicação

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
46. Reuniões do CCMAM	46.1. Preparação da logística: transporte, hospedagem e alimentação	Semestral	Secretaria Executiva	45.000,00	todas as metas 7
	46.2. Aquisição de material de consumo				
47. Autonomia financeira	47.1. Desenvolver mecanismos de participação financeira nos produtos que recebam o selo MAM	2013	CCMAM		2c
	47.2. Criação de GT para desenvolver os mecanismos				
48. Promoção de eventos	48.1. Realização de eventos, seminários, oficinas, encontros e outros	2013	CCMAM 2012 a 2013	60.000,00	7g 7h
	48.2. Participação e representação em eventos				2012 a 2014
49. Plano de comunicação	49.1. Contratar consultoria para elaborar Plano de Comunicação	2012 a 2013	CCMAM	100.000,00	
50. Produção de audiovisual	50.1. Contratação de empresa para produção do material	2012 a 2013	CCMAM	150.000,00	

Tabela 11. Linha Estratégica – Gestão e Comunicação

Ações	Atividades	Quando	Quem	R\$	Metas
51. Criar selo MAM	51.1. Contratação de empresa para criação do selo MAM	2012 a 2013	CCMAM	30.000,00	6e
52. Divulgar as UCs do MAM utilizando mídias e espaços existentes	52.1. Utilizar sites institucionais para divulgar o MAM e suas UCs	2012 a 2014	CCMAM		
53. Elaborar publicações sobre o MAM e suas UCs	53.1. Cartilhas, panfletos, folders e outros	22013 a 2014	CCMAM	50.000,00	7e
				545.000,00	

ANEXO 4 · PRIORIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO NO MAM

Tabelas contendo o detalhamento das prioridades de implementação no MAM, de acordo com os eixos temáticos

Tabela 12. Prioridades de intervenção do Mosaico da Amazônia Meridional.

Eixo Temático	Ações prioritárias
Proteção	Plano de Proteção.
Pesquisa	Análise dos estudos das viabilidades e impactos das hidrelétricas do MAM.
Consolidação Territorial	Contratação de empresa ou formalização de convênio com o Exército Brasileiro para realizar a demarcação e georreferenciamento. Confecção e instalação de placas de sinalização. Firmar convênios; contratar consultoria e preparar logística necessária ao atendimento de demandas conjuntas de diagnósticos e planos de manejo para unidades que ainda não os têm.
Geração de Renda	Cadeia produtiva da castanha.
Fortalecimento das Organizações Comunitárias	Capacitações para associações do MAM. Intercâmbios de boas práticas. Telecentros.
Gestão e Comunicação	Funcionamento da Secretaria. Reuniões do CCMAM.

ANEXO 5 · ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Tabela 13. Estratégia de implementação da comunicação no mosaico.

Prazo	Estratégia
Curto	<p>As primeiras ações de divulgação poderão ser realizadas através do site da Rede de Mosaicos das Áreas Protegidas do Brasil, com a criação de uma página dedicada ao MAM, direcionando links para as entidades envolvidas com a gestão integrada.</p> <p>Criar as identidades virtuais do MAM nas redes sociais.</p> <p>Definir logomarca do MAM, mesmo que de forma preliminar, sem o plano de comunicação.</p> <p>Integração dos departamentos de comunicação das entidades envolvidas, liderados pelos comunicadores da secretaria executiva em coordenação com departamentos de comunicação dos governos, para uma comunicação integrada e sem ruídos.</p>
Médio	<p>Captar recursos, considerar a comunicação como um eixo de financiamento dos projetos.</p> <p>Criar a própria página do MAM na internet.</p>
Longo	<p>Contratar um consultor para desenvolver o plano de comunicação.</p> <p>Produzir os produtos de comunicação, segundo os eixos temáticos do mosaico.</p>

ANEXO 6 · NECESSIDADES DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

Tabela 14. Necessidades da estratégia de comunicação para o mosaico.

Eixo Temático	Necessidades de divulgação e comunicação
Proteção	<p>Sinalização oficial dos rios Juruena, Madeirinha, Roosevelt, Machado, Sucunduri, Acari e Bunda de Ema.</p> <p>Sinalização e cartazes sobre a proibição da extração ilegal de madeira, da pesca ilegal, garimpo, desmatamento e queimadas.</p> <p>Assessoria de imprensa para cobrir os resultados das operações de fiscalização.</p>
Pesquisa	<p>Divulgar resultados dos estudos sobre potencial e impacto da pesca esportiva, da viabilidade e impactos das hidrelétricas e do primata zog-zog.</p> <p>Apoiar e divulgar a criação de novas áreas protegidas.</p>
Consolidação Territorial	<p>Sinalização oficial dos limites das UCs.</p> <p>Assessoria de imprensa para apoiar os trabalhos sobre consolidação territorial e conflitos socioambientais.</p>
Geração de Renda	<p>Apoio na construção do selo de certificação de produtos do mosaico.</p> <p>Apoio no desenvolvimento de etiquetas, material de divulgação e plano de negócios dos produtos certificados.</p> <p>Divulgação e marketing dos produtos certificados pelo conselho.</p> <p>Assessoria de imprensa para cobrir os resultados das alternativas econômicas fomentadas pelo mosaico.</p>
Fortalecimento das Organizações Comunitárias	<p>Apoiar a capacitação das associações do mosaico na área de comunicação.</p> <p>Assessoria de imprensa para cobrir os resultados do apoio ao fortalecimento das comunidades.</p>
Gestão e Comunicação	<p>Desenvolver um plano de comunicação e produzir os produtos de comunicação.</p> <p>Produção de material audiovisual sobre o mosaico.</p> <p>Assessoria de imprensa para cobrir as oficinas, seminários, eventos e reuniões ordinárias produzidas pelo conselho.</p>

ANEXO 7 • LISTA DE SIGLAS

AM	Amazonas
AP	Área Protegida
APP	Área de Proteção Permanente
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BPA/AM	Batalhão da Polícia Ambiental do Amazonas
BR	Brasil
BR	Brasil Rodovia
CBUC	Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação
CCMAM	Conselho Consultivo do Mosaico da Amazônia Meridional
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CEUC-AM	Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
CO2	Gás Carbônico
DF	Distrito Federal
EE/ESEC	Estação Ecológica
ELAP	Escola Latinoamericana de Áreas Protegidas
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FCBC	Fundación para la Conservación del Bosque Chiquitano
FE	Floresta Estadual
FETAGRI/PA	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará
FLOE	Floresta Estadual
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVPP	Fundação Viver Produzir e Preservar
GEE	Gases de Efeito Estufa
GIZ/GTZ	Agência Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento
GO	Goiás

ANEXO 7 · LISTA DE SIGLAS

GT	Grupo de Trabalho
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
ha	Hectare
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICV	Instituto Centro de Vida
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Instituto Pacto Amazônico
IPAM	Instituto de Pesquisa da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Instituto Socioambiental
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MAM	Mosaico da Amazônia Meridional
MCT	Ministério das Ciências e Tecnologias
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MT	Mato Grosso
NUAR	Núcleo Urbano de Apoio Rural
ONG	Organização Não Governamental
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Pequenas Centrais Hidroelétricas
PE	Parque Estadual
PEM	Plano Estratégico do Mosaico
PN	Parque Nacional
PNCA	Parque Nacional Campos Amazônicos
PNGAT	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

ANEXO 7 • LISTA DE SIGLAS

PNJU	Parque Nacional do Juruena
PR	Paraná
PRODES	Programa de Monitoramento do Desmatamento
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RH	Recursos Humanos
RJ	Rio de Janeiro
RO	Rondônia
RS	Rio Grande do Sul
SDS-AM	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SEDAM-RO	Secretaria de Meio Ambiente de Rondônia
SEMA-MT	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UCI	Universidade de Cooperação Internacional
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNIR-JIPA	Universidade Federal de Rondônia-Ji Paraná
UPN	Unidades de Paisagem Natural
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

ANEXO 8 · LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Valores de conservação das unidades de conservação
Tabela 2	As terras indígenas do entorno do Mosaico da Amazônia Meridional
Tabela 3	As principais ameaças das unidades de conservação do Mosaico da Amazônia Meridional
Tabela 4	Objetivo geral e indicadores das metas do MAM
Tabela 5	Objetivos específicos e metas do MAM
Tabela 6	Linha Estratégica – Proteção
Tabela 7	Linha Estratégica – Educação
Tabela 8	Linha Estratégica – Consolidação Territorial
Tabela 9	Linha Estratégica – Geração de Renda
Tabela 10	Linha Estratégica – Fortalecimento da Organização Social
Tabela 11	Linha Estratégica – Gestão e Comunicação
Tabela 12	Prioridades de intervenção do Mosaico da Amazônia Meridional.
Tabela 13	Estratégia de implementação da comunicação no mosaico.
Tabela 14	Necessidades da estratégia de comunicação para o mosaico

ANEXO 9 · ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Área geográfica e as APs que compõem o Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: Irgang, 2011.
Figura 2	Mapa altimétrico do Parque Nacional do Juruena, com destaque para o degrau topográfico da região e à configuração do Domo do Sucunduri, ao centro, que tem o aspecto circular, com aproximadamente 75 km de diâmetro. Fonte: Plano de Manejo do PN do Juruena, 2011
Figura 3	Mapa altimétrico da região do Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: WWF-Brasil, 2006.
Figura 4	Mapa das variações climáticas da região do Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: WWF-Brasil, 2006.
Figura 5	Conjunto de corredeiras e cachoeiras do rio Juruena Plano de Manejo do PN Juruena, 2011.
Figura 6	Conhecimento botânico (a) e ausência de conhecimento botânico (d) para a Pan-Amazônia, variando de bege-claro (menos) a azul-escuro (mais). Fonte: Plano de Gestão do Mosaico do Apuí, 2010.
Figura 7	Mapa das unidades de paisagens da Amazônia e sua riqueza conhecida. Destaque para a região do Mosaico da Amazônia Meridional e seu baixo conhecimento. Fonte: Irgang, 2011 e Irgang, 2009.
Figura 8	Mapa das fitofisionomias da região do Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: Plano de Gestão do Mosaico do Apuí, 2010
Figura 9	Enorme mancha de Campos Amazônicos. Fonte: Plano de Manejo do PN Campos Amazônicos, 2011.
Figura 10	Contexto regional do bloco de conservação (estrela preta), com relação ao padrão de riqueza para todas as espécies de anfíbios, aves, mamíferos e primatas da região Neotropical. Fonte: NatureServer (www.natureserve.org), 2011.
Figura 11	Mapa dos municípios da região do Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: Irgang, 2011.
Figura 12	Mapa das terras indígenas, com destaque para área com índios isolados. Fonte: Irgang, 2011.
Figura 13	Propostas de áreas de alto valor de uso sustentável. Fonte: Irgang, 2011.
Figura 14	Estoque de carbono florestal na Amazônia Brasileira. Fonte: Série Técnica No 10, do Ministério do Meio Ambiente, 2009.

Figura 15	Mapa dos avanços da fronteira agrícola (em vermelho) na região do Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: Irgang, 2011.
Figura 16	Mapa dos projetos de infraestrutura e manejo florestal, com destaque na região do Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: Irgang, 2011.
Figura 17	Mapa do cenário desejável para a região do Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: Irgang, 2011.
Figura 18	Mapa das sobreposições nas Áreas Protegidas do Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: Irgang, 2011
Figura 19	Mapa da integração dos zoneamentos das unidades de conservação do Mosaico da Amazônia Meridional. Fonte: Irgang, 2010.
Figura 20	Mapa das propostas de corredores ecológicos e novas áreas protegidas. Fonte: Irgang, 2010.
Figura 21	Mapa da região mais degradada do mosaico, com grande fragmentação florestal no município de Machadinho D'Oeste. Fonte: Plano de Manejo da ReBio Jaru, 2010.

WWF-BRASIL

Secretaria Geral

Maria Cecília Wey de Brito

Superintendência de Conservação

Mauro Armelin

*Superintendência de Comunicação,
Marketing e Engajamento*

Renata Amaral Soares

Coordenação do Programa Amazônia

Marco Lentini

Coordenação de Comunicação

Cristiane Parmigiani

FICHA TÉCNICA

Texto

Maria Jasylene Pena de Abreu

Márcia Regina Lederman

Marcos Roberto Pinheiro

Revisão

Ana Cíntia Guazzelli

Jorge Eduardo Dantas

Revisão Técnica

Marcelo Oliveira

Samuel Tararan

Edição final

Frederico Brandão

Projeto gráfico e editoração

Cadu Peliceli

Cintia Nani

Márcio Duarte > PageLab

Fotografias

Adriano Gambarini

Aline Polli

Ana Cíntia Guazzelli

Aurelina Viana

Izac Theobald

Juvenal Pereira

Marcelo Cortez

Samuel Tararan

Zig Koch



WWF-BRASIL EM NÚMEROS

12 ESPÉCIES

de primatas foram registradas na região do MAM

40 UNIDADES

de conservação formam o MAM



7,1 MILHÕES

de hectares compõem a área total do Mosaico

22 INSTITUIÇÕES

formam o conselho do Mosaico



Por que estamos aqui?

Para impedir a degradação do meio ambiente e construir um futuro no qual os seres humanos possam viver em harmonia com a natureza

www.wwf.org.br